

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJECTO TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório Final
(31.10.2019)

Padil Salimo
José Jaime Macuane

Maputo, Outubro 2019

Agradecimentos

A equipa que realizou este trabalho gostaria de agradecer ao Centro de Integridade Pública, especialmente à Dra. Inocência Mapipe pelo apoio dado ao longo da realização do mesmo. O agradecimento é extensivo à todas entidades e individualidades que aceitaram colaborar na realização do trabalho, partilhando os seus pontos de vista sobre a implementação do projecto.

No entanto, as ideias expressas neste relatório são da inteira responsabilidade da equipa.

Abreviaturas

A4EA	Acção para Empoderamento e Prestação de Contas
AAIE	Alta Autoridade da Indústria Extractiva
AMA	Associação do Meio Ambiente
AP	Assembleia Provincial
AR	Assembleia da República
AT	Autoridade Tributária
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CIP	Centro de Integridade Pública
CPOS	Centro de Pesquisa e Observatório Social
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
CTV	Centro Terra Viva
DPEF	Direcção Provincial de Economia e Finanças
DPREME	Direcção Provincial de Recursos Minerais e Energia
ENH	Empresa Moçambicana de Hidrocarbonetos
FOCADE	Fórum Provincial de Organizações da Sociedade C. de Cabo Delgado
GNL	Gás Natural Liquefeito
IDS	Instituto de Estudos de Desenvolvimento
IMD	Instituto Moçambicano para a Democracia
INP	Instituto Nacional de Petróleos
ISS	Institute of Social Studies
ITIE	Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva
MAGTAP	Projecto de Assistência Técnica à Extração Mineira e Gás Natural
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MISA	Instituto para a Comunicação Social na África Austral
MTPA	Milhões de Toneladas Ano
OSC	Organização da Sociedade Civil
PASGR	Pesquisa Social e de Governação
PSA	Acordo de Produção e Partilha / Production Sharing Agreement
RPCGE	Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado
SC	Sociedade Civil
SP	Secretaria Provincial
TA	Tribunal Administrativo
TCF	Triliões de Pés Cúbicos
TdR	Termos de Referência
UPC	União Provincial de Camponeses
UTIE	Unidade de Tributação da Indústria Extractiva

Sumário executivo

O Projecto Transparência e Prestação de Contas está integrado no pilar de Recursos Naturais e Indústria Extrativa do Centro de Integridade Pública (CIP). O objectivo do Projecto é o de contribuir para a melhoria da qualidade de governação de recursos naturais em Moçambique, e em Cabo Delgado em particular. A ideia subjacente a este objectivo é de que tal melhoria pudesse ter um efeito multiplicador na melhoria da governação política, económica e social. O projecto é marcadamente a mais importante intervenção neste pilar, pelo volume de recursos alocados e foi financiado pela Embaixada da Holanda, com um orçamento total de 703,866 Euros para o período de três (03) anos, de Setembro de 2016 a Dezembro de 2019.

O Objectivo geral desta avaliação, conforme definido nos respectivos termos de referência, é o de “verificar se o projecto gerou os outputs previstos e se influenciou a qualidade da governação da exploração dos recursos naturais em Cabo Delgado, bem como, informar sobre melhorias que podem ser introduzidas em futuros programas”. De forma mais específica:

- Aferir o grau de implementação e os resultados alcançados pelo CIP.
- Avaliar os resultados das actividades realizadas;
- Avaliar a situação actual de governação do sector extractivo em Cabo Delgado, tendo em conta o *baseline*, tanto a nível do governo provincial como a nível dos diferentes *stakeholders*;
- Analisar as formas de participação dos cidadãos, que geralmente têm informações precárias sobre como as receitas da mineração, do petróleo ou de outras indústrias extrativas, no que tange a colecta, distribuição e eventualmente gastos, no contexto da gestão do sector extractivo;
- Elaborar relatório com propostas e recomendações de actuação, por forma a se atingir melhores resultados.

Com esta avaliação o Centro de Integridade Pública (CIP) espera que o trabalho apresente novas linhas orientadoras, área de actuação e outras perspectivas para a implementação do projecto. O relatório decorrente desta actividade deve ainda trazer evidências sobre os resultados das actividades desenvolvidas no âmbito do projecto, incluindo alterações na governação, mudança de postura na demanda de prestação de contas, maior conteúdo sobre o sector disponibilizado e outros elementos (não especificados).

A descrição do projecto e os principais resultados do mesmo, assim como as recomendações são apresentados, resumidamente, seguir.

A gestão do projecto e intervenções em Cabo Delgado

A coordenação do Projecto é garantida pelo Director do CIP. Para além de um gestor do projecto, também estavam previstos dois assistentes do Projecto, um baseado em Maputo e outro em Cabo Delgado. Em relação ao assistente do projecto em Cabo Delgado, o CIP optou por um outro modelo, sustentado no memorando de entendimento (MdE) com a Associação Meio Ambiente (AMA), através do qual, um colaborador da AMA, especializado em assuntos sobre recursos naturais passou também a exercer o papel de assistente do Projecto em Cabo Delgado. Foram estabelecidas bases para uma colaboração com organizações da sociedade civil a nível local. O principal interlocutor com a sociedade civil local foi o FOCADE, um fórum que está a emergir de longos anos de letargia, e que se acredita que agora tem as condições para garantir uma melhor coordenação entre os seus membros.

Foi também estabelecido um acordo de parceria com a rede de jornalistas para a indústria extractiva, na perspectiva de que estes iriam alimentar o Projecto com matérias e reportagens assentes no pressuposto de um jornalismo investigativo. As rádios comunitárias de alguns distritos, como Mocímboa da Praia, Montepuez e outros, incluindo rádios, jornais e televisões baseadas na cidade de Pemba, foram integradas na rede. Para maximizar competências de pesquisa e disseminação de informação, o CIP assinou um Memorando de Entendimento com o Centro de Pesquisa e Observatório Social (CPOS) da Universidade Católica em Pemba, que teve um papel relevante na organização de sessões de capacitação e seminários realizados em Cabo Delgado. Enquanto decorria esta avaliação, estava em curso uma pesquisa sobre vulnerabilidade das comunidades reassentadas. A pesquisa abrange diferentes experiências do país, mas com maior foco sobre a província de Cabo Delgado, especificamente o distrito de Montepuez. A nível central o CIP assinou um MdE com o Instituto de Comunicação Social da África Austral- MISA-Moçambique – para o estabelecimento de uma plataforma de parceria para a formação de jornalistas na área de jornalismo investigativo e implementação de programas de apoio ao desenvolvimento e práticas de jornalismo investigativo.

Estes diferentes mecanismos de gestão, coordenação e parceria na implementação do Projecto, foram estabelecidos com o propósito de assegurar maior eficácia da sua implementação em Cabo Delgado. A gestão da implementação do Projecto é centralizada no CIP. Com a estrutura actual de implementação do Projecto é quase certo que não se poderia esperar outra forma de gestão. No entanto, parece que houve uma grande expectativa por parte dos parceiros locais de que alguns recursos do projecto seriam utilizados para cobrir actividades no terreno. Mas isso aconteceu muito pouco, e sem um claro conhecimento prévio dos procedimentos por parte dos parceiros locais directamente envolvidos na coordenação das actividades com o CIP, exceptuando-se aqui o CPOS e a AMA, organizações com as quais o CIP tem MdE formal. Esta fragilidade despoletou uma certa frustração por parte dos parceiros locais, que são de opinião de que o Projecto poderia ter sido melhor.

Quadro lógico do projecto e suas implicações na monitoria

O quadro lógico apresenta indicadores na sua maioria adequados ao âmbito do Projecto. No entanto, alguns indicadores não se encaixam nele. Por exemplo, o objectivo superior do Projecto é consideravelmente ambicioso e, por conseguinte, apresenta indicadores de desempenho por demais audazes. O objectivo foi definido nos seguintes termos: “a exploração de recursos naturais é uma bênção e contribui para o desenvolvimento socioeconómico do país e da província de Cabo Delgado, em conformidade com os objectivos de desenvolvimento sustentável”. E os indicadores de desempenho foram os seguintes: (i) melhoria do desenvolvimento humano; (ii) ausência de instabilidade política e social; e (iii) conflitos são resolvidos via instituições democráticas. Uma análise mais cuidadosa da economia política da governação do sector extrativo, conjugada com o tempo de implementação do projecto, teria evitado estabelecer e indexar este objectivo geral e todos os seus indicadores de desempenho. Adicionalmente, verificou-se também a presença de indicadores de desempenho sobre prestação de contas sendo feitas a uma instituição inexistente, apesar da sua existência legal, e que seu estabelecimento permanece ainda uma incógnita, tal é o caso da Alta Autoridade para a Indústria Extractiva (AAIE).

Neste quadro de abordagem sobre a monitoria do Projecto o alcance dos resultados do estudo de base do Projecto é problemático. O estudo de base deveria fornecer uma análise que pudesse conduzir à compreensão sobre o estado dos indicadores chave do Projecto. O que se pode verificar no estudo de base é a sua limitação em informar a situação dos indicadores chave do quadro lógico do Projecto. Isto é problemático no sentido em que deveria ser possível saber qual é o ponto de partida em relação à situação dos indicadores de cada objectivo e dos outputs do Projecto. Houve demasiado foco na descrição de organismos do Estado e instituições directa ou indirectamente ligadas à governação do sector extrativo e uma pequena reflexão sobre capacidade delas.

Foi estabelecido no documento do Projecto de que seria feita a monitoria do projecto por uma instituição competente e capaz de fornecer visão e uma perspectiva clara sobre os caminhos a seguir na implementação do Projecto. Foi nesse contexto que o Instituto Internacional de Estudos Sociais (Institute of Social Studies) – ISS, da Erasmus University Rotterdam da Holanda, foi considerado para conduzir a monitoria do Projecto, com pelo menos uma missão anual. No entanto, este exercício de monitoria não foi realizado. Esta avaliação poderia beneficiar-se desses relatórios, dada a consistência com que os documentos de monitoria informam sobre a implementação das actividades e dos progressos no alcance dos indicadores de desempenho.

Recursos versus desafios no alcance de resultados

O volume do orçamento do projecto pode ser interpretado como tendo sido razoável para produzir as mudanças desejadas. Mas é preciso ter em conta o contexto e a complexidade que se associa a exigir transparência e prestação de contas à instituições sem cultura para o efeito, e que as elites no poder que

garantem a segurança das autoridades públicas que lideram as instituições se autorreproduzem apenas com a ausência daquelas práticas. Neste sentido, a complexidade do contexto coloca bastantes desafios ao tipo de intervenções e resultados esperados, e aqui importa referir as seguintes razões:

Primeiro, está o problema das alianças clientelistas que são a base para a reprodução das elites no poder e do partido que as sustenta. Estas redes são na essência condicionadoras da ineficiência das instituições, daí que as instituições acabam sendo elas mesmas instrumentos de protecção das elites. Nesse sentido, a promoção da transparência e prestação de contas tendem a encontrar um espaço de contestação relativamente à sua consolidação.

Segundo, o problema do regime quase autoritário e as suas práticas intimidatórias e o uso da força para reprimir a liberdade de expressão, criam um espaço reduzido de mobilização para a acção colectiva, por causa do medo e da insegurança em relação à estabilidade social e económica das pessoas, bem como das organizações da sociedade civil.

Terceiro, o nível de consciência sobre direitos, sobretudo por parte das comunidades locais, é muito baixo e, por conseguinte, o seu nível de engajamento na acção cívica, associado ao medo da repressão mantém-nas como sujeitos passivos no quadro da implementação de contratos da indústria extractiva. No caso específico de Cabo Delgado, a instabilidade que se vive com os ataques dos insurgentes desde Outubro de 2017 condicionou de certo modo a implementação das actividades.

Para além destes factores de contexto, também é importante considerar o facto de que o projecto foi desenhado para um período consideravelmente curto, de 3 anos, que no contexto em que é implementado se torna quase impossível lograr grandes resultados em termo de mudanças. Portanto, era importante que o projecto tivesse em conta todos estes factores, incluindo um horizonte temporal mais folgado, de pelo menos 5 anos.

Resultados

Durante a fase de implementação do Projecto até à realização desta avaliação, importa referir que o CIP produziu importantes recursos de informação especializada sobre a indústria extractiva, que informaram políticas e algumas mudanças de posturas das autoridades públicas e das empresas. Parte deste manancial de documentos foi igualmente objecto de debate público, que é uma forma de exposição das principais questões em que a organização quer advogar mudanças. A qualidade de informação e tratamento dos assuntos nos diferentes documentos e análises publicados pelo CIP demonstram de forma consistente que esta é uma organização com *expertise* considerável em assuntos relacionados à indústria extractiva.

Foram realizadas actividades de capacitação a diferentes *stakeholders* do sector extractivo, bem como conferências internacionais e seminários. Estes eventos

configuravam importantes momentos e espaços de diálogo, ao mesmo tempo que expressavam um sentido de advocacia para uma maior e melhor transparência e abertura para a prestação de contas. Foram conseguidos resultados no sentido em que há cada vez maior consciência das autoridades do governo e das empresas sobre a necessidade da transparência e prestação de contas, mas também das consequências da sua ausência. Porém, a consciência que existe ainda não é suficiente para debelar as práticas prevaletentes de falta de abertura, sobretudo sobre assuntos muito críticos, como a publicação detalhada de informação sobre receitas fiscais e as negociações com as multinacionais.

Recomendações

- Repensar a estratégia de intervenção tendo em conta a adopção de outras opções de intervenção complementares às actuais actividades de capacitação.
- Rever os indicadores do Projecto sem ignorar o papel do contexto e suas implicações na realização dos objectivos do Projecto, apoiando-se numa análise mais realística de economia política da governação do sector extractivo em Moçambique.
- Por causa dos ciclos políticos e as mudanças dos actores no parlamento, estabelecer um quadro estruturante de capacitação às equipas de assistência às bancadas e comissões de trabalho no Secretariado da Assembleia da República, para garantir melhor sustentabilidade da capacidade do órgão.
- Estabelecer parcerias com redes locais, nacionais e regionais de promoção da transparência e prestação de contas na indústria extractiva, para aumentar o poder de *leverage* na advocacia junto das instituições do governo e empresas.
- Melhorar as parcerias com a imprensa local e em particular com as rádios comunitárias, e assegurar que além da capacitação para melhoria do conhecimento, também garantir a alocação de recursos financeiros e materiais para a implementação de actividades.
- Melhorar a comunicação com as entidades do Estado, bem como com os parceiros de implementação e garantir que a informação sobre procedimentos de gestão do Projecto e a abordagem global de implementação é claramente compreendida.
- Estabelecer um roteiro de actividades que podem ser anuais ou semestrais em coordenação com parceiros de implementação do Projecto a nível local para permitir melhor articulação, mobilização e organização de agenda.
- As actividades de capacitação devem tomar em consideração a singularidade dos diferentes *stakeholders* do Projecto e garantir a adequação dos instrumentos de capacitação, prevendo igualmente que as capacitações são direccionadas a cada grupo específico.

- Em caso de extensão ou aprovação de um novo Projecto, considerar a realização de um estudo de base mais sólido, inteligível e que informa de maneira objectiva sobre o contexto do sector da indústria extractiva e do ponto de situação dos indicadores de desempenho do Projecto.

Índice

Agradecimentos	1
Abreviaturas	2
Sumário executivo	3
1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Contexto e âmbito do Projecto.....	11
1.2. Pressupostos e abordagem do projecto	12
1.3. Objectivos da consultoria	13
1.4. Resultados da avaliação	14
1.4. Metodologia	14
1.5. Alguns constrangimentos.....	15
1.6. Estrutura do relatório	15
2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	16
2.1. A colaboração com parceiros locais no projecto.....	16
2.2. Melhoria do conhecimento sobre a indústria extractiva	19
2.3. Qualidade de governação de recursos naturais em Cabo Delgado: transparência e prestação de contas.....	24
2.3.1. <i>Sobre transparência na indústria extractiva</i>	24
2.3.2. Sobre prestação de contas	27
2.4. Aprendizagem e documentação de experiências.....	33
2.5. Melhoria do quadro institucional.....	34
3. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS.....	36
4. RECOMENDAÇÕES.....	39
5. ANEXO: PESSOAS E ENTIDADES CONTACTADAS E ENTREVISTADAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Integridade Pública (CIP) é uma organização da sociedade civil, criada em 2005 com o compromisso de promover a transparência, anticorrupção e integridade em Moçambique. O CIP tem se revelado uma das mais proeminentes organizações da sociedade civil moçambicana nas áreas em que ela opera. A sua abordagem de intervenção se resume na exposição, consciencialização e advocacia. Como parte do seu envolvimento na promoção da transparência e integridade, o CIP se tem notabilizado como uma organização de referência tanto dentro e fora do país, por causa da visibilidade do seu trabalho que é suportado por estudos e análises de elevada qualidade e consolidados por evidências.

À despeito das reacções das autoridades públicas de tendencialmente procuram se isolar da (ou isolar a) organização, ainda assim continuam dando créditos à sua importância na esfera do processo do debate sobre políticas e mudanças institucionais na área da transparência e integridade, bem como anticorrupção. O reconhecimento da qualidade dos resultados da pesquisa conduzida pela CIP, do trabalho de advocacia que desenvolve, bem como da capacidade de mobilização e de organização de eventos nacionais e internacionais que reúnem actores relevantes nacionais e da esfera global, podem estar na origem desta ambiguidade na posição das autoridades moçambicanas.

O CIP se estabeleceu desde o início como uma organização com uma abordagem de intervenção ao nível macro de políticas. Ao longo do tempo a prática evidenciou a importância dos microcosmos como veículos para informar agendas de debate e discussão sobre políticas macro. A adopção de iniciativas focalizadas para níveis subnacionais ou locais se tornou inevitável, tendo em conta, em parte, a importância que algumas actividades estruturantes da política e da economia têm e começam a ter em áreas muito específicas, como por exemplo a da indústria extractiva e recursos naturais. É nesse quadro que emerge o “Projecto transparência e prestação de contas na exploração de recursos naturais em Moçambique”, que daqui em diante poderá invariavelmente também ser designado “Projecto”, que à despeito do seu âmbito de implementação de nível macro de políticas, efectivamente, o seu foco principal é a indústria extractiva na província de Cabo Delgado.

O objectivo do Projecto é o de contribuir para a melhoria da qualidade de governação de recursos naturais em Moçambique, e em Cabo Delgado em particular. A ideia subjacente a este objectivo é de que tal melhoria pudesse ter um efeito multiplicador na melhoria da governação política, económica e social. O período de implementação é de três (03) anos de Setembro de 2016 até Dezembro de 2019, com um orçamento global de 703.866 Euros financiados pela Embaixada da Holanda. Este documento de avaliação, foi elaborado por uma consultoria independente contratada pelo CIP para avaliar os progressos conseguidos na sequência da implementação do Projecto e fornecer lições aprendidas e recomendações para o futuro.

1.1. Contexto e âmbito do Projecto

Moçambique é considerado um país rico em recursos. Em quase todas as regiões do país há a confirmação de existência de um forte potencial de ocorrência de recursos minerais incluindo hidrocarbonetos. A partir da década de 2000 até sensivelmente 2014, o país conheceu significativas descobertas de recursos naturais de grande valor no mercado internacional, nomeadamente, o carvão e gás natural. São essencialmente estes recursos que colocaram o país no mapa dos chamados países ricos em recursos. A trajectória destas grandes descobertas começou primeiro, com a descoberta de grandes reservas de carvão mineral no distrito de Moatize, na província central de Tete.

Este momento foi marcado pela entrada no país de algumas das maiores empresas mundiais de carvão, como a brasileira Vale e a australiana Riversdale que veio a ser adquirida anos depois pela Rio Tinto, seguidas de outras empresas principalmente de origem asiática que entraram na corrida pela exploração deste recurso energético naquela província. A Vale, que é a mais importante das companhias carboníferas a operar em Moçambique está a produzir carvão na mina de Moatize desde 2011, com toda a produção exportada para Índia, Américas, Europa e Ásia Oriental. Só em 2017 a Vale produziu perto de 11 milhões de toneladas de carvão. A capacidade de produção deverá aumentar para 22 milhões de toneladas anuais na sequência da expansão da sua capacidade de produção.¹ Em 2018 o carvão mineral liderou a produção industrial em Moçambique com 26,6%, seguido do alumínio com 20,2%, e o gás natural com 11,2%.²

O segundo momento foi marcado pela massiva descoberta de gás natural na Bacia do Rovuma, em Cabo Delgado. Esta descoberta representa uma gigantesca mudança nos próximos anos no que tange a estrutura da economia e da política no país. As operações do Rovuma envolvem empresas americanas, europeias e asiáticas. As empresas líderes das concessões na Área 1 e Área 4 da Bacia do Rovuma são, respectivamente, a Anadarko, na Área 1, e a Eni e ExxonMobil na Área 4. Estas duas últimas partilham a liderança na concessão. A Anadarko foi recentemente adquirida pela Americana Ocidental que de imediato vendeu os *assets* da Anadarko, localizados em África incluindo Moçambique, para a gigante petrolífera francesa Total, numa operação finalizada recentemente e que permitiu ao Estado encaixar \$880 milhões de mais-valias. Mais de 180 triliões de pés cúbicos (Tcf) representam o volume das reservas de gás natural confirmados, e perto de \$60 milhões de dólares americanos é o volume de investimentos esperados para a monetização do gás da bacia do Rovuma. Este volume de investimentos é o maior de todos os tempos em termos de investimento directo estrangeiro num único país africano de uma só vez.

¹ [www.vale.com /Mozambique](http://www.vale.com/Mozambique)

² <http://opais.sapo.mz/industria-carvao-mineral-lidera-producao-em-mocambique> (acesso, 12 de Setembro 2019)

A Total deverá construir duas plantas de gás natural liquefeito (GNL) em terra. As plantas estarão localizadas na Península de Afungi, no distrito de Palma, em Cabo Delgado, com uma capacidade de 12,88 milhões de toneladas por ano (mtpa) de GNL. A liderança partilhada da Área 4 pela ENI e ExxonMobil prevê que a primeira assuma a liderança das operações *upstream* e pela instalação da plataforma flutuante de GNL que estará localizada totalmente no mar, no campo Coral Sul, e com uma capacidade de produção anual de 3.4 mtpa. A gigante americana ExxonMobil vai liderar a construção das infraestruturas de GNL em terra, relativas à exploração do complexo Mamba, cuja produção deverá atingir 15,2 mtpa. As expectativas em torno destes investimentos são muito altas, dado o extraordinário potencial de geração de receitas que se esperam alcançar ao longo da vida destes projectos de produção de GNL, cujo volume de recursos em termos de receitas poderá atingir cerca de 95 mil milhões de dólares americanos até 2045.³

A província de Cabo Delgado, no norte do país foi efetivamente uma das regiões no país que mais se destacou nos últimos anos em termos de descobertas de recursos naturais. Não só por causa do gás natural, mas também porque detêm uma das reservas mais produtivas de rubis de classe mundial, localizada no distrito de Montepuez, e explorada pela Montepuez Ruby Mining uma empresa controlada pela Britânica Gemfields com 75% das participações, e a Mwiriti, uma empresa moçambicana, e detentora de 25% de participações. Recentemente, foram aprovados projectos de exploração de jazigos de grafite recentemente descobertos em Cabo Delgado, nomeadamente nos distritos de Ancuabe, explorada pela Triton Minerals, e no distrito de Balama, está última está sendo desenvolvida pela Twigg Exploration and Mining Lda, subsidiária da Syrah Resource.

1.2. Pressupostos e abordagem do projecto

O Projecto parte do pressuposto de que a qualidade das instituições determina se a exploração de recursos naturais poderá resultar em uma bênção ou maldição. Com efeito, o Projecto salienta que há fraca qualidade das instituições que lidam directamente com as questões relativas a governação de recursos naturais no país. Nessa base, foi definida uma abordagem de intervenção do Projecto virada para a transparência e prestação de contas. A intervenção nesse âmbito foi assumida como sendo a opção certa para a melhoria da qualidade da governação de recursos naturais.

Assim, foram definidos os vectores chave para os quais se deve incidir a actuação naquelas duas áreas, nomeadamente, (i) transparência, e (ii) prestação de contas. Tais vectores se encontram apresentados abaixo:

(i) Em relação à transparência foram estabelecidos três vectores de orientação, designadamente:

³ <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/90033-mocambique-vai-receber-95-mil-milhoes-de-dolares-em-receitas-de-gas-natural-ate-2045> (acesso, 4 de Setembro 2019)

- a) A melhoria da qualidade de informação disponibilizada aos cidadãos por parte das instituições do governo e outras instituições relevantes;
- b) A simplificação e expansão do acesso à informação para jornalistas e comunidades em Cabo Delgado; e
- c) A contribuição para a melhoria do quadro legal e institucional para o avanço da transparência na indústria extractiva e na gestão das finanças públicas ligadas ao sector extractivo.

(ii) Em relação à prestação de contas foram definidos quatro vectores de orientação, designadamente:

- a) a contribuição para a capacitação da Assembleia da República tendo em vista melhor eficiência e eficácia da fiscalização e responsabilização;
- b) a capacitação dos órgãos de comunicação social e organizações da sociedade civil em Maputo e em Cabo Delgado para a monitoria dos contratos da indústria extractiva;
- c) em parceria com organizações provinciais, capacitar as comunidades locais afectadas pelos projectos extractivos em matéria sobre direitos; e
- d) a advocacia para melhoria do quadro legal e institucional para o avanço e clarificação dos mecanismos de prestação de contas.

1.3. Objectivos da consultoria

O objectivo geral da consultoria é verificar se o projecto gerou os *outputs* previstos e se influenciou a qualidade da governação da exploração dos recursos naturais em Cabo Delgado, bem como, informar sobre as melhorias que podem ser introduzidas em futuros programas.

Os objectivos específicos são os seguintes:

- Avaliar os resultados das actividades realizadas;
- Avaliar a situação actual de governação do sector extractivo em Cabo Delgado, tendo em conta o *baseline*, tanto a nível do governo provincial como a nível dos diferentes *stakeholders*;
- Analisar as formas de participação dos cidadãos, que geralmente têm informações precárias sobre como as receitas da mineração, do petróleo ou de outras indústrias extractivas no que tange à colecta, distribuição e

eventualmente gastos, são geridos (Sic!) no contexto da gestão do sector extrativo; e

- Elaborar relatório com propostas e recomendações de actuação, por forma a se atingir melhores resultados.

1.4. Resultados da avaliação

O CIP espera que o trabalho apresente o seguinte:

- Novas linhas orientadoras, novas áreas de actuação e outras perspectivas para a implementação do projecto. Apresentar evidências sobre os resultados das actividades desenvolvidas no âmbito do projecto, incluindo alterações na governação, mudanças de postura na demanda de prestação de contas, maior conteúdo disponibilizado sobre o sector;
- Resumir e sintetizar experiências e conclusões relevantes do governo, da sociedade civil, e da Assembleia Provincial (AP), a fim de gerar a base de evidências para a identificação de estratégias eficazes, abordagens e práticas, bem como, as lições aprendidas; e
- Fornecer, (i) informações de base recolhidas e analisadas do ponto de vista de lacunas e desafios para a condução de processos de monitoria e avaliação das dinâmicas do sector; (ii) relatório de análise e contribuições substantivas; e (iii) avaliação dos custos internos e externos.

1.4. Metodologia

A avaliação é qualitativa e foi baseada na análise documental e em entrevistas com pessoas seleccionadas intencionalmente. Os documentos analisados incluem relatórios sobre o Projecto e outros documentos importantes que informam sobre progressos na área da indústria extractiva em Moçambique. As pessoas seleccionadas foram indicadas pelo CIP, tendo em conta um grupo de actores com os quais a organização estabeleceu alguma forma de ligação ou de colaboração durante a implementação do projecto. As consultas foram realizadas em Maputo e em Cabo Delgado. Neste grupo fizeram parte actores representando instituições governamentais, a Assembleia Provincial (AP), Assembleia da República (AR), organizações da sociedade civil (OSC), órgãos de comunicação social e outros.

Notas de entrevistas anteriores realizadas em Maio e Junho do corrente ano, no âmbito de um estudo sobre indústria extractiva, que envolveu parlamentares, oficiais seniores do governo central e provincial, foram também usadas para informar esta avaliação, após dificuldades em se conseguir marcar encontros com deputados, por conta do período em que esta avaliação foi realizada, que coincidiu com a fase pré-eleitoral.

Este relatório de avaliação foi elaborado em linha com os Termos de Referência (TdR) da avaliação e dos documentos relevantes do Projecto. Nesse âmbito, foram usados como documentos de suporte, (i) o documento do Projecto; (ii) o quadro lógico do Projecto; (iii) o estudo de base do Projecto; e (iv) Os planos anuais; (v) Relatórios de progresso. Foram também analisados diferentes estudos e análises publicados pelo CIP, relatórios e estudos de instituições relevantes com papel na governação da indústria extractiva, e outra informação de pesquisa publicada por instituições de pesquisa ou de comunicação social nacionais e internacionais.

1.5. Alguns constrangimentos

A condução desta avaliação poderia ter sido feita de uma maneira tranquila, mas não o foi. O momento final do Projecto coincide com a fase do processo eleitoral que culminou com a realização das eleições gerais (legislativas, presidenciais e provinciais) a 15 de Outubro de 2019. Nesta fase, muitos oficiais do governo, membros da AP e deputados da AR em geral estavam envolvidos em viagens de trabalhos preparatórios da pré-campanha. Em alguns casos, as referências fornecidas pelo CIP não foram encontradas, alguns devido à falta de actualização de informação de parceiros e outros por indisponibilidade em providenciar informação. Apesar desses contratemplos, foi possível interagir com pessoas que puderam dar informação relevante sobre o Projecto. A estratégia usada para colmatar a dificuldade em conseguir encontros com deputados da AR, foi a de utilizar notas e trabalhos realizados recentemente focados na mesma área desta avaliação.

Um constrangimento importante para esta avaliação foi a limitação em termos de dados e informação documental sobre o Projecto. Os relatórios anuais de progresso do Projecto são bastante modestos no reporte de informação, e não fazem a devida cobertura dos assuntos que constam do quadro de matriz de monitoria do Projecto. A ausência de relatórios de monitoria de progresso da implementação do Projecto, que seriam elaborados no âmbito da assistência do Instituto Internacional de Estudos Sociais (Institute of Social Studies) – ISS, da Erasmus University Rotterdam da Holanda, que não se efectivou, teve implicações na qualidade de informação existente sobre o Projecto, e, por conseguinte, na elaboração deste relatório de avaliação.

1.6. Estrutura do relatório

Este relatório compreende 4 secções. Para além desta parte introdutória, a segunda secção apresenta os resultados da avaliação da implementação do Projecto, a terceira secção as conclusões e lições aprendidas e, por fim, a quarta secção apresenta as recomendações.

2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

2.1. A colaboração com parceiros locais no projecto

O CIP, para garantir uma implementação efectiva do Projecto, primeiro estabeleceu contactos com as autoridades governamentais tanto centrais como local, esta última a nível do Governo Provincial de Cabo Delgado, incluindo com o Parlamento e a AP. Ganhar o apoio do governo e do parlamento era fundamental para o CIP sentir-se mais confortável na comunicação com as instituições relevantes sobre o Projecto, bem como oferecer maior peso e legitimidade na implementação do Projecto. Este passo inicial era também importante no sentido em que criou muito mais abertura para a colaboração entre o CIP e as instituições visadas na governação da indústria extractiva, bem como, dos projectos correlacionados, nomeadamente, aspectos sobre compensações e reassentamentos, e gestão dos fundos relativos a taxa de 2,75% sobre o imposto de produção que tem sido um importante factor de contestação da sociedade civil, bem como algumas instituições do Estado, como o Tribunal Administrativo (TA) e a AR sobre a forma estes fundos são geridos e alocados para as comunidades pelos governos central e locais.

Na Província de Cabo Delgado, as principais instituições de colaboração com o CIP foram a Direcção Provincial de Economia e Finanças (DPEF), a Direcção Provincial de Recursos Minerais e Energia (DPREME) e a Secretaria Provincial (SP). Em 2018 foi estabelecido um encontro no qual o CIP manifestou interesse de trabalhar com a AP no quadro do Projecto. A ideia foi de prover capacitação para o fortalecimento do órgão na sua responsabilidade de fiscalização ao governo provincial, e desta vez com o foco na indústria extractiva. No mesmo ano, o CIP estabeleceu igualmente contactos com organizações da sociedade civil (OSC) de Cabo Delgado, por intermédio do Fórum Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Cabo Delgado, o FOCADE, com o objectivo de estabelecer parceria na implementação do “Projecto transparência e prestação de contas na exploração de recursos naturais em Moçambique”.

Tanto com a AP bem como as OSC, não houve necessariamente um acordo ou um memorando formal. Mas com todos estes actores foi demonstrado interesse de colaborar e de trabalharem como parceiros no Projecto. Entretanto, em Março e Julho de 2018, o CIP assinou Memorandos de Entendimento com a AMA, e o Centro de Pesquisa e Observatório Social (CPOS), do Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento, da Universidade Católica em Pemba. O Memorando com a AMA previa entre várias outras coisas, a participação em processos de promoção da transparência, da integridade e da ética, bem como promoção da investigação na área da boa governação, anticorrupção, prestação de contas, participação política e direitos humanos. A área de recursos naturais foi definida como sendo central no quadro do memorando de entendimento. Com relação ao CPOS, o memorando de entendimento concebeu como áreas de parceria, a realização de pesquisas,

reflexões, debates e publicações, bem como a organização conjunta de seminários, reuniões e etc.

A coordenação das acções com estes parceiros foi de um modo geral muito eficaz, no sentido em que a participação das organizações locais nas capacitações organizadas pelo CIP e nos eventos organizados em coordenação com o CPOS, Bem como com o FOCADE, contaram com a participação activa da maioria das organizações que trabalham nos assuntos sobre a indústria extractiva, que no caso particular estão integradas na rede de recursos naturais.

Alguns anos atrás foi criada uma rede de jornalistas para a indústria extractiva. Quando o projecto do CIP começou a ser discutido em Cabo Delgado, a rede já existia, e tinha sido criada com o apoio de organizações integradas na rede temática de recursos naturais, onde o papel da Associação do Meio Ambiente (AMA), tinha sido particularmente determinante. Na abordagem de implementação do Projecto, o trabalho com a comunicação social era uma componente importante para se alcançarem os resultados esperados. O CIP estabeleceu um acordo com a rede de jornalistas para um trabalho conjunto através do qual o CIP iria apoiar a *rede de jornalistas* com informação, documentos e material didático que fosse orientar os jornalistas no seu trabalho de pesquisa e produção de reportagens sobre a indústria extractiva, e o CIP iria beneficiar dessa informação e reportagens.⁴

No âmbito dessa parceria com a rede de jornalista, o CIP facilitou o alargamento da rede através da integração de rádios comunitárias, com foco nas rádios sediadas nos distritos com recursos naturais. Actualmente, esta rede é coordenada pelo Jornal Horizonte, que tem a sua sede na Cidade de Pemba. Para facilitar o processo de partilha de informação sobre situações específicas a nível local relacionadas com actividades da indústria extractiva, e outros assuntos importância para os membros da rede, foi criada uma plataforma de *Whatsapp* através da qual os mesmos circulam informações, factos e imagens que alimentam reflexões por parte dos membros e ajudam ao CIP na obtenção de informação relevante para o seu trabalho.

- Percepções dos parceiros locais sobre a parceria na implementação do Projecto e suas consequências

Os parceiros locais são unânimes no reconhecimento do valor que o CIP representa enquanto organização da sociedade civil activa na área da promoção da transparência e prestação de contas na indústria extractiva em Moçambique. O CIP é das organizações pioneiras na área da indústria extractiva. Uma das suas principais características que torna o CIP numa organização muito particular é o nível de produção de pesquisas que evidenciam a realidade de diferentes experiências de projectos extrativos no país, para além de promover debates públicos e intervir na esfera pública através da advocacia de políticas e reformas institucionais de forma contundente e consistente. O trabalho do CIP sobre a indústria extractiva é

⁴ Entrevistas com membros da rede de jornalistas, e com algumas organizações da sociedade civil em Pemba. (Março, 2019)

sistematicamente comunicado, e deste modo também é assegurada a sua exposição pública através de conferências e publicações, seja alojando na sua página web, e através da partilha com uma vasta rede de actores singulares e colectivos ligados à sua base de dados de partilha de informação. Estes factores consolidam o seu valor e capital tanto na sociedade, bem como entre as OSC o que lhe confere reconhecimento e um espaço para viabilização das suas parcerias.

Entretanto, a parceria na implementação do Projecto, particularmente em Cabo Delgado recebeu críticas de todos os actores consultados no âmbito desta avaliação. As boas intenções do Projecto criaram elevadas expectativas por parte dos vários parceiros locais, desde o governo provincial à AP, bem como a nível das OSC e comunicação social. Aparentemente, o CIP não terá comunicado de forma mais eficaz como iria trabalhar com os seus parceiros locais. Foi indicado em entrevistas que teriam sido feitas promessas de implementação de actividades nas áreas abrangidas pelos projectos extractivos que não chegaram a ser cumpridas.

Algumas dessas actividades estavam relacionadas com a realização de pesquisas jornalísticas para produção de reportagens que depois seriam divulgadas pelos meios de comunicação social e partilhadas igualmente com o CIP e o resto dos membros da rede de jornalistas para a indústria extractiva. O MdE assinado em 2017 com o MISA-Moçambique institui o Prémio Nacional do Jornalismo Investigativo. O objectivo deste prémio era o de estimular a prática de um jornalismo de qualidade na monitoria da governação em Moçambique. O foco destes trabalhos não era exclusivamente sobre indústria extractiva uma vez que poderiam ser igualmente apresentados trabalhos de outras áreas. Durante a implementação do Prémio, pelo menos um total de 26 trabalhos jornalísticos foram submetidos dos quais seis tinham uma relação com assuntos da indústria extractiva. Adicionalmente, foi estabelecido um concurso de chamadas de propostas para apoio a investigação jornalística, através do qual o MISA estabeleceu parcerias com o Grupo Soico, o Jornal Semanário Savana e o Magazine Independente com vista a promover um plano de trabalhos assentes no jornalismo investigativo. Nesse âmbito foram financiadas 14 propostas de trabalhos de jornalismo investigativo, e quatro matérias jornalísticas enquadradas na rubrica de grandes histórias.

Alguns actores seleccionados para as entrevistas recusaram a falar sobre o projecto, alegadamente porque as actividades que tinham sido garantidas de que teriam lugar na província não foram realizadas.

Um dos entrevistados, membro da rede de jornalistas para a indústria extractiva disse o seguinte:

“O projecto deveria primeiro dar uma informação muito precisa sobre a sua natureza, como seria implementado, qual seria o tipo de parceria que esperava com os diferentes actores locais, e receber opiniões sobre como o projecto poderia ser melhor implementado. Este projecto se limitou apenas em realizar capacitações e ainda assim muito poucas, e as actividades concretas relacionadas com a monitoria das operações levadas a cabo pelas empresas extractivas tiveram

muito pouca atenção no âmbito do projecto, e as escassas actividades realizadas foram essencialmente conduzidas por equipas do CIP e não pelo pessoal local.⁵

A AP, por exemplo, beneficiou de actividades de capacitação e recebeu legislação e guiões de apoio a actividade de fiscalização, incluindo um guião resumido sobre o funcionamento da AP no quadro do novo modelo de descentralização. Entretanto, a AP é de opinião de que a questão da comunicação pode ser melhorada, em parte para permitir que o órgão recebe informação consistente com os padrões de formalismos requeridos, bem como dentro dos prazos de tempo adequado para o órgão se organizar antes de qualquer actividade de capacitação ou encontros com o CIP. O facto de os membros da AP maioritariamente residirem no distrito impõe ainda mais essa necessidade de melhorar os *timings* na comunicação. A adopção de uma agenda para todo o ano e acordado entre as partes pode ser uma opção a ser adoptada. Há um entendimento de que o número de membros abrangidos pelas actividades de capacitação deveria ser muito mais abrangente, uma vez que poucos membros e especialmente de uma ou duas comissões de trabalho beneficiaram das capacitações.⁶

A nível nacional, no âmbito da implementação do Projecto o CIP escolheu trabalhar com AR, com o Secretariado da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva em Moçambique (ITIE) e com o Instituto para a Comunicação Social na África Austral (MISA). O CIP tem experiência de trabalhar com a AR, que é anterior à implementação do Projecto que está sendo avaliado. Entretanto, as actividades de capacitação à AR no âmbito deste Projecto em particular não foram muitas, e uma das capacitações que é bem lembrada pelos deputados foi realizada em conjunto com outras capacitações organizadas pelo IMD e pelo Centro Terra Viva (CTV). A intervenção conjunta das organizações não ocorreu como parte de uma estratégia previamente acordada, foi determinada por circunstâncias de agenda dos parlamentares. Apesar do seu circunstancialismo, esta perspectiva de intervenção no processo de capacitação é recomendável para um contexto em que o CIP pode ter dificuldades de acesso aos parlamentares, do que por exemplo acontece em relação ao IMD. Em termos de recursos permite às organizações partilharem custos, e para organizações como o IMD, que não têm suficiente *expertise* na indústria extractiva, pode lhe permitir aprender.

2.2. Melhoria do conhecimento sobre a indústria extractiva

- Produção de informação sobre indústria extractiva

O CIP publicou vários trabalhos de análise profunda sobre assuntos relacionados com a indústria extractiva e de maior interesse público. De 2016 até 2019 o CIP publicou mais de 20 trabalhos alguns dos quais, documentos de pesquisa sobre (i) riscos de corrupção no licenciamento mineiro; (ii) estudos sobre exploração de gás natural de Pande e Temane e as perdas em receitas para o país, (iii) sobre o plano de

⁵ Entrevista em Cabo Delgado (Agosto, 2019). A mesma percepção foi partilhada por membros de organizações da sociedade civil.

⁶ Entrevistas com membros da AP e do Secretariado da AP. (Pemba, Agosto 2019)

desenvolvimento do Acordo de Partilha de Produção da Sasol, (iv) uma reflexão sobre as bases para fugir da maldição dos recursos naturais e etc. Os documentos produzidos estão todos disponíveis na página de web do CIP. A tabela 1 a baixo, apresenta os títulos e links dos estudos e análises do CIP sobre o sector extractivo.

Alguns destes documentos representam análises mais sucintas sobre assuntos complexos da indústria extractiva, incluindo contratos, receitas fiscais, regulamentação do sector extractivo, análises sobre a Decisão Final de Investimento (FID), sobre os ganhos gerados pelo contrato de produção de gás natural pela Sasol, sobre contribuição da Montepuez Ruby Mining, sobre corrupção no licenciamento mineiro e etc. O material produzido é de elevado valor para uma melhor compreensão das dinâmicas do sector e sobretudo de quais as suas implicações na economia e na governação de recursos naturais. Porém, ainda que a informação esteja disponível, apenas poucas instituições com a cultura de análise de informação crítica demonstram interesse de aceder e reflectir sobre o conteúdo do material, e a maioria das organizações locais que trabalham no sector extractivo não possui as competências para entender e interpretar os resultados dos estudos.

A tabela 1, abaixo, apresenta alguns dos trabalhos publicados pelo CIP.

Tabela 1. Publicações do CIP sobre indústria extractiva, período 2016 - 2019

1. É urgente a revisão do contrato da Kenmare Moma Mining. Benefícios fiscais excessivos trouxeram prejuízos ao Estado em pelo menos 1,5 mil milhões de Meticais entre 2011 e 2018. Edição no. 5, Agosto 2019. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/08/E%CC%81-URGENTE-A-REVISA%CC%83O-DO-CONTRATO-DA-KENMARE-.pdf>
2. Um olhar sobre a decisão final de investimento da Anadarko e os desafios dos ganhos para Moçambique. Edição No. 4, Junho 2019. Retrieved from <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/06/DECISA%CC%83O-FINAL-DE-INVESTIMENTO-DA-ANADARKO-2.pdf>
3. A regulamentação do sector extractivo é quase inexistente em Moçambique. Edição No. 2, Maio 2019. <https://cipmoz.org/2019/05/12/a-regulac%cc%a7a%cc%83o-do-sector-extractivo-e-quase-inexistente-em-mocambique/>
4. Governo incumpriu prazos na publicação dos contratos da ExxonMobil, Eni e Sasol. Quando serão publicados os seis contratos assinados entre 2013 e 2017. Edição No. 2, Março 2019. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/03/Governo-incumpriu-prazos.pdf>
5. Moçambique continua com transparência limitada nos contratos extractivos. Edição No. 1, Março 2019. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/03/Contratos-extractivos.pdf>
6. Revisão do regulamento da Lei de Petróleos. Algumas questões para debate. Edição No. 6, 2018. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/Revisa%CC%83o-do-Regulamento-da-Lei-de-Petro%CC%81leos.pdf>
7. Gestão do sector extractivo: processo de licenciamento apresenta sérios riscos de corrupção. Pagamento de impostos das empresas está aquém do devido – de acordo com o 7º Relatório do EITI. Edição No. 3, 2018. <https://cipmoz.org/2018/06/17/gestao-do-sector-extrativo-processo-de-licenciamento-apresenta-serios-riscos-de-corrupcao/>
8. Licitação de Blocos Petrolíferos: afinal o que negociam o governo e as companhias

- seleccionadas na 5ª ronda? Edição No. 2, Junho 2018. https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/Licitacao_de_Blocos_Petroliferos.pdf
9. Exploração de Rubi pela Montepuez Ruby Mining. Um negócio milionário com fraco contributo para Moçambique. Edição no. 42017, Abril 2018. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Montepuez-Ruby-Mining.pdf>
 10. Proposta de medidas urgentes para garantir um reassentamento justo em Palma. Edição No. 6, Novembro 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Proposta-de-medidas-urgentes-.pdf>
 11. INP: longe de ser o regulador necessário para o sector petrolífero. Edição No. 42017, Outubro 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/INP-LONGE-DE-SER-AUTORIDADE-REGULADORA.pdf>
 12. Estabilidade fiscal: Moçambique volta a dar um passo em “contra-mão” na exploração petrolífera. Edição No. 8, Dezembro 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Industria-Extractiva-ESTABILIDADE-FISCAL-.pdf>
 13. Perguntas públicas à Ministra dos Recursos Minerais e Energia. Qual é o ponto de situação do 5º concurso para a concessão de áreas petrolíferas? Edição No. 5, Outubro 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Industria-Extractiva-Recursos-Minerais-e-Energia-.pdf>
 14. Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento deve ser um processo gradual, inclusivo e transparente. Edição No. 4, Setembro 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Fundo-Nacional-de-Desenvolvimento.pdf>
 15. Receitas do LNG serão primeiro para as empresas e só depois para o Estado Moçambicano. Edição No. 3, Junho 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Industria-Extractiva.pdf>
 16. Quem está por detrás das empresas que exploram recurso minerais. Desafios de Moçambique na divulgação do beneficial ownership. Edição No. 38, Outubro 2016. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/CIPPIERN.pdf>
 17. Processo de licenciamento apresenta riscos de corrupção: pagamento de impostos das empresas está aquém do devido, de acordo com o 7º Relatório do EITI. Edição No. 3, Junho 2016. https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Processo_de_licenciamento.pdf
 18. Multinacionais negociam contratos com implicações graves para o Estado. Edição No. 21, Junho 2016. https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Concessao_infraestruturas_LNG.pdf
 19. LNG na Bacia do Rovuma: Quando é que a Anadarko vai investir na Área 1? Edição No. 20, Março 2016. https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/442_CIP-spinformacao_2016_20_pt.pdf
 20. Avaliação dos riscos de corrupção no licenciamento mineiro em Moçambique. Maputo, Julho 2018. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/Riscos-Portugues.pdf>
 21. Inflação de custos e preços de transparência. Sasol continuará a enriquecer e o Estado Moçambicano a “vaca leiteira”. Maputo, Outubro 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Texto-Sasol-FINAL-.pdf>
 22. Plano de Desenvolvimento do PSA da Sasol é problemático. Maputo, Agosto 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Explorac%CC%A7a%CC%83o-de-Ga%CC%81s-Natural.pdf>
 23. Estabelecendo as bases para evitar a “maldição dos recursos” em Moçambique no novo “super ciclo” dos preços matérias-primas. Maputo, Maio 2016. https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/463_CIP-pais-rico-em-recursos-vf.pdf

Fonte: CIP, <https://cipmoz.org>

- Debates, seminários e conferências sobre indústria extractiva

Desde 2017 foram realizados diferentes eventos de discussão sobre a indústria extractiva. Alguns desses eventos foram realizados em parceria com outras organizações nacionais e ou internacionais. Participaram nos diferentes seminários, workshops e conferências os *stakeholders* relevantes, desde actores governamentais, dos órgãos de soberania, empresas do sector extractivo, OSC, jornalistas, e em alguns casos também participaram representantes de comunidades locais. Os relatórios anuais de progresso na implementação do projecto não dão informação consistente que permite diferenciar um debate de um seminário, e estas com as actividades de capacitação. A diferenciação destas actividades poderia ser clara nos relatórios de progresso.

Duas conferências provinciais sobre a indústria extractiva foram realizadas em Cabo Delgado em 2018 e 2019. A segunda conferência realizada em Agosto de 2019 teve com foco a “conflitualidade humana na exploração de recursos naturais na Província de Cabo Delgado” e teve a particularidade de terminar com a aprovação de uma declaração conjunta assinada por 7 organizações da sociedade civil, a “Declaração de Pemba”.⁷ Em 2018 o CIP organizou em colaboração com a Pesquisa Social e de Governação (PASGR) e a Acção para Empoderamento e Prestação de Contas (A4EA) do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), uma conferência internacional⁸ em Maputo, sobre a divulgação de informação, prestação de contas vis-à-vis crescimento inclusivo e governação na indústria extractiva. Na sequência desta conferência foi produzido um *Policy Brief* sobre publicação de informação na indústria extractiva.⁹ Uma segunda conferência internacional foi realizada em Setembro de 2019, sobre o tema “Preços de transferência no sector extractivo como mecanismo de saída ilícita de capitais em Moçambique”. Esta conferência contou com a participação de actores chave do sector extractivo, incluindo das instituições do governo, nomeadamente o Instituto Nacional de Petróleos (INP), e a Empresa Moçambicana de Hidrocarbonetos, além do Ministério da Economia e Finanças (MEF).

- Capacitação dos actores locais incluindo cidadãos

Acções de capacitação foram realizadas envolvendo alguns técnicos de sectores específicos do governo, a OSC e jornalistas. A AP de Cabo Delgado foi igualmente beneficiária de pelo menos 6 actividades de capacitação. Membros de organizações da sociedade civil e da comunicação social entrevistados em Pemba, indicaram que o

⁷ Encontre a Declaração de Pemba aqui: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/08/DECLARAC%CC%A7A%CC%83O-DE-PEMBA.pdf>

⁸ Para detalhe sobre a conferência vide: https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/CONFERENCE_ON_EXTRACTIVE_INDUSTRY_ENG_KIM.evr182.inocencia.especial_13_1.pdf

⁹ Policy Brief. Making information disclosure in extractive governance count for accountability in Mozambique. October 2018.

projecto deveria ter estabelecido uma agenda comum com os seus parceiros locais, na perspectiva de se ter um quadro mais sistemático e previsível de acções de actividades de capacitação a serem implementadas ao longo do ano, e com os assuntos melhor estruturados de acordo com a sua relevância a nível local. A nível das instituições do governo, as acções de capacitação aparentemente não criaram substancial valor acrescentado, uma vez que também o nível de participação de membros de membros e/ou oficiais do governo foi relativamente fraco. A organização de capacitações envolvendo actores de diferentes sectores pode ter tido um papel para essa situação.¹⁰

A AP apontou que uma parte de seus membros participou nas capacitações levadas a cabo pelo CIP, através das quais melhorou, embora com limitações, o conhecimento sobre a indústria extractiva, e pela primeira vez os membros da AP tiveram acesso à legislação do sector extractivo, incluindo dos contractos. Importa notar que o conhecimento adquirido sobre a indústria não é ainda suficientemente sólido, e somente uma parte pequena destes membros teve a oportunidade de se beneficiar das capacitações. Ademais, a sua capacidade de fiscalização continua muito limitada, principalmente por falta de recursos financeiros. A equipa de avaliação foi informada que em agosto de 2019 o CIP assumiu um compromisso com a AP de subsidiar actividades de fiscalização junto à uma empresa, o que ainda não aconteceu devido aos trâmites burocráticos daquele órgão. Esta actividade provavelmente não se realizará, devido ao fim do actual mandato, previsto para a tomada de posse dos membros recentemente eleitos, que será no início de 2020. Por outro lado, há o constrangimento que decorre dos limites de competências dos órgãos locais na fiscalização da indústria extractiva, como também se verifica em relação ao papel decisório governo local. Na Assembleia Provincial as discussões sobre o sector extractivo têm sido evitadas por parte da bancada maioritária na AP,¹¹ por causa das consequências das operações da indústria, que muitas vezes são desastrosas, e das implicações que podem daí decorrer no sentido de imputação ao governo que ela apoia.

A forma como as actividades de capacitação foram implementadas e a natureza de instrumentos de apoio na monitoria requerem melhor tratamento para acomodar abordagens específicas de cada grupo, seja a sociedade civil, AP, jornalistas ou comunidades. Membros da rede de jornalistas para a indústria extractiva consideram que os instrumentos de orientação para a produção de reportagem jornalística de carácter investigativo requerem formas muito particulares. Nesse sentido, consideram ser igualmente importante que as capacitações sejam dirigidas singularmente a grupos específicos. Durante o período de implementação do Projecto não houve significativa actividade de capacitação às comunidades locais.¹²

¹⁰ Entrevista com um técnico da DPEF, (Pemba, Agosto de 2019)

¹¹ Entrevista com membros do Secretariado da Assembleia Provincial, (Pemba, Agosto 2019)

¹² Entrevista com membros da sociedade civil integrados na plataforma de recursos minerais (Pemba, Agosto 2019). A estratégia do CIP sobre esta questão foi “levar” as rádios comunitárias bem como algumas OSC de nível local a participar das sessões de capacitação em Pemba. Esta decisão foi tomada como forma de garantir segurança aos colaboradores do CIP dada a situação de insegurança que se vive nos distritos de Cabo Delgado.

2.3. Qualidade de governação de recursos naturais em Cabo Delgado: transparência e prestação de contas

2.3.1. Sobre transparência na indústria extractiva

- Qualidade de informação do governo e das empresas aos cidadãos

É importante notar que a natureza de informação que as entidades públicas e as empresas levam ao conhecimento dos cidadãos tem sido sistematicamente irrelevante, e muitas vezes o governo partilha informação depois de muitos pedidos de insistência por parte da sociedade civil e jornalistas.¹³ De acordo com informantes desta avaliação, não é fornecida informação às comunidades, mesmo quando as operações da indústria afectam directamente os seus direitos humanos. O problema é mais grave ainda quando se trata de assuntos relacionados com os benefícios da exploração dos recursos naturais.¹⁴ O CIP, no seu relatório de progresso, salienta o facto de que apesar de o governo ter manifestado interesse de colaborar na implementação do Projecto, ainda assim, há sérias dificuldades de obter acesso a documentos.¹⁵ Há, no entanto, indicações de que, comparativamente aos anos anteriores, nos últimos dois anos, algumas empresas que actuam na área mineira, incluindo a Montepuez Ruby Mining, tendem a melhorar a sua comunicação com a sociedade civil e no relacionamento com as comunidades locais.¹⁶ Com a Anadarko, por exemplo, foi estabelecido um mecanismo de diálogo com os diferentes *stakeholders* locais, nomeadamente, o governo, sociedade civil e representantes das comunidades locais, onde em cada dois meses as partes se encontram para falar sobre progressos no âmbito da implementação dos projectos da Bacia do Rovuma, e em particular sobre o projecto de reassentamento em Palma.¹⁷ Uma questão amplamente levantada pelas organizações da sociedade civil e jornalistas em Cabo Delgado, também mencionada em entrevistas a deputados da AR, tem a ver com o silêncio deliberado das autoridades em relação aos montantes correspondentes aos 2,75%¹⁸ sobre o imposto de produção que devem ser devolvidos às comunidades locais e, igualmente, o problema da omissão de informação e incumprimento do regulamento sobre reassentamentos.

- Simplificação e expansão do acesso à informação para jornalistas e comunidades afectadas

¹³ Entrevista com membros da rede de recursos naturais (Pemba, Agosto 2019).

¹⁴ Entrevista conjunta com uma equipa de pesquisadores da Universidade Católica em Pemba (Agosto, 2019)

¹⁵ Ver relatório anual de 2018 sobre o projecto transparência e prestação de contas.

¹⁶ Entrevista com um jornalista de órgão público de comunicação (Pemba, Agosto 2019), e entrevista com um grupo de representantes da sociedade civil (Pemba, Agosto 2019).

¹⁷ Entrevista com jornalistas de duas rádios comunitárias (Pemba, Agosto, 2019)

¹⁸ Entrevistas com membros da sociedade civil, bem como com jornalistas em Pemba (Agosto, 2019). Mesma preocupação foi apresentada em entrevistas com membros da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República (Notas de entrevistas de avaliação a um outro projecto, Maio de 2019)

Para além das análises focalizadas sobre a legislação do sector extractivo, o CIP produziu também um relatório simplificado do 7º Relatório da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE). Este exercício não só simplifica a complexidade da informação no relatório, mas torna mais fácil a compreensão, por parte dos jornalistas bem como cidadãos em geral, dos aspectos mais relevantes extraídos selectivamente na legislação e documentos chave e analisados de forma crítica. O material é partilhado de forma ampla na página Web do CIP e através da sua plataforma de partilha para uma ampla lista de e-mails.

A prática de simplificação da informação perpassa outras áreas, por exemplo, o CIP tem vindo igualmente a produzir análises mais resumidas¹⁹ do Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado (RPCGE). Nos dois últimos RPCGE o TA trouxe uma importante inovação, ao introduzir um capítulo específico sobre a indústria extractiva. Entretanto, da análise dos relatórios simplificados do CIP ao RPCGE não se privilegia uma reflexão dedicada ao capítulo sobre a indústria extractiva. O relatório do CIP apenas toca superficialmente em alguns aspectos do capítulo. Por causa da complexidade com que os assuntos são apresentados e discutidos, a despeito do detalhamento da informação que o TA faz no relatório, uma perspectiva mais dedicada à simplificação deste capítulo por parte do CIP poderia acrescentar mais valor ao público menos familiarizado com os assuntos, bem como ajudar na compreensão da informação aos seus parceiros de implementação do Projecto.

- Melhoria do quadro legal e institucional para estimular maior transparência no sector extractivo

A promoção da transparência é das mais importantes componentes das actividades do CIP. A transparência representa, entretanto, o lado mais complexo e mais desafiante das práticas do governo e das empresas do sector extractivo. O quadro legal e institucional não é de todo problemático no que tange à transparência. O governo e as empresas são obrigados a publicar informações, por exemplo, sobre os contratos, embora prevaleçam matérias específicas tratadas com confidencialidade. Porém, de um modo mais geral, o quadro legal e institucional favorece a transparência. Contudo, há contrariedade entre o que o quadro legal estabelece e o que a prática sistematicamente demonstra. O não cumprimento das leis e dos princípios básicos de transparência se transpõe ao nível de sonegação de informação incluindo em relação à órgãos de soberania competentes para a fiscalização dos actos das instituições públicas e fiscalização das receitas provenientes do sector extractivo.²⁰ Essas práticas ocorrem porque favorecem grupos com poder sobre as

¹⁹ Vide por exemplo: https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/441_um_olhar_despesa_05.pdf.
https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/CIP_Nota_para_a_AR_sobre_o_Parecer_TA_Referente_a_CGE_2015_FINAL.pdf

²⁰ Ver Relatórios e Pareceres sobre a Conta Geral do Estado de 2016 e 2017 do Tribunal Administrativo.

instituições, e a ausência de consequências sobre a violação de leis reproduz sistematicamente as mesmas práticas.

Algumas acções no âmbito da promoção da transparência estiveram focalizadas para as instituições de regulação, tanto do sector dos hidrocarbonetos quanto o da mineração. No que concerne das actividades está a necessidade de melhoria dos mecanismos de controlo das operações da indústria e promover melhoria na comunicação de informação ao público, no que tange às negociações de contratos e dos processos de licenciamento. Há um esforço de *lobbying* e advocacia junto de instituições relevantes do governo para a operacionalização da Alta Autoridade da Indústria Extractiva (AAIE), um órgão que se pensa ser fundamental para a fiscalização das actividades do sector extractivo, sobretudo de minas e hidrocarbonetos que há 5 anos se tenta estabelecer e operacionalizar, com a convicção de que o mesmo poderá melhorar substantivamente a transparência na governação da indústria extractiva.

- Melhoria do quadro legal e institucional para influenciar a transparência na gestão de finanças públicas

O CIP levou a cabo acções de advocacia com vista a influenciar a Autoridade Tributária (AT) através da sua Unidade de Tributação da Indústria Extractiva (UTIE) a publicar a informação sobre as receitas cobradas no âmbito das actividades da indústria extractiva. A UTIE tem dificuldades de providenciar informação desagregada sobre os pagamentos das empresas e tem mantido a informação de forma agregada, vedando assim as oportunidades de conhecer o volume de contribuições por empresas. O 7º Relatório da ITIE publicado em 2018 procurou trazer dados desagregados dos pagamentos das empresas comparando com os dados declarados pelo governo, mas quase 45% das empresas não forneceram a informação e os dados providenciados pelo governo através de diferentes instituições, de um modo geral, não coincidiam com os das empresas. Há um padrão nas declarações do governo em relação às contribuições das empresas, quase sempre não coincidem, o que torna a informação do governo pouco fiável.

O TA e o ITIE confirmam nos seus relatórios diferenças recorrentes nas declarações de recebimentos. O argumento principal do CIP sobre este facto é de que as falhas são resultado de um problema de fraca capacidade das instituições. Os relatórios do TA bem como o ITIE, incluindo estudos e análises realizados pelo CIP sobre a contribuição das empresas extractivas nas receitas do Estado, demonstram um padrão de práticas que não decorrem apenas de limitações das instituições.

Portanto, não é essencialmente um problema de fraqueza de instituições apesar de se reconhecer o seu papel. A prática é aparentemente deliberada para favorecer a extração ilícita de renda pública para interesses de privados e para financiar redes clientelistas. Na transação da venda de 20% de acções da Eni na Área 4 da Bacia do Rovuma à China National Petroleum Corporation (CNPC) por \$4.2 bilhões foi amplamente escrito ter sido feita uma negociação do pagamento das mais-valias à

margem das instituições competentes para o efeito²¹. A transparência interessa enquanto discurso, e pode ser acompanhada por um quadro legal coerente e todo o tipo de instituições de controlo, mas o contexto é dominado por redes clientelistas constituídas por grupos fortes com interesses nos negócios e com poder de controlo sobre as instituições, e isto determina a lógica de funcionamento das instituições.

Com a aprovação do Regulamento da Lei de Petróleo²² foi estabelecida a obrigatoriedade de as concessionárias nacionais estarem inscritas na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), após a aprovação dos seus Planos de Desenvolvimento. Esta medida “poderia” eventualmente melhorar o nível de transparência das empresas sobre as suas operações por causa da exigência da publicação de informação detalhada a respeito destas. No entanto, no quadro das negociações sobre os contratos de concessão relativas à 5ª Ronda de licitação de blocos de petróleo, o governo removeu esta obrigatoriedade às empresas internacionais pelo facto delas estarem cotadas nas bolsas dos seus países, e que segundo o Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Petróleos (INP), esta dupla inscrição não fazia sentido para as multinacionais.²³ O CIP publicou na sua página Web uma análise sobre o assunto, onde questiona o argumento apresentado pelo governo, referindo-se a experiências em outros países, onde esta prática é normal, o chamado *dual listing*, onde uma empresa pode estar registada em mais de uma bolsa de valores.²⁴

2.3.2. Sobre prestação de contas

- Capacitação da Assembleia da República e qualidade de fiscalização da indústria extractiva

Em 2017 foi feita uma primeira aproximação à Assembleia da República para apresentar o Projecto e ganhar o apoio deste órgão de soberania para a sua implementação. Uma aprovação pelo parlamento representava para o CIP um importante passo para a credibilização da implementação do Projecto, incluindo a nível da esfera governamental. Houve abertura do parlamento, tendo em conta a relevância das intervenções do CIP no sector extractivo, apesar das reservas do órgão em relação à natureza “confrontacional”²⁵ que caracteriza a abordagem de advocacia do CIP. Os relatórios anuais de progresso do projecto são omissos em relação ao total de capacitações realizadas à AR.

²¹ Macuane et al. (2017), Power, conflict and natural resource: The Mozambican crises revisited. Oxford: African Affairs 117 (468): 415-438. <https://academic.oup.com/afraf/article-abstract/117/468/415/4056499?redirectedFrom=fulltext>

²² Decreto No. 34/2015, de 31 de Dezembro.

²³ Ver: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2018-05-04-10-20-41/79605-inscricao-na-bolsa-deixa-de-ser-obrigatoria-nas-petroliferas-internacionais> (acesso 7 de Setembro, 2019).

²⁴ Revisão do regulamento da Lei de Petróleos. Algumas questões para debate. Edição No. 6, 2018. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/Revisa%CC%83o-do-Regulamento-da-Lei-de-Petro%CC%81leos.pdf>

²⁵ Entrevista com deputado da AR (Maputo, Junho, 2019)

A *expertise* do CIP na área da indústria extractiva em Moçambique é reconhecida e o CIP representa uma importante fonte de informação que raramente está disponível ao público sobre o sector extractivo. De alguma forma, os parlamentares entenderam isto como uma oportunidade para se municiarem de conhecimento importante para o seu trabalho de fiscalização. Os deputados da oposição demonstraram maior interesse na iniciativa. Documentos publicados pelo CIP foram usados como recurso complementar à informação que os deputados tinham sobre assuntos específicos, permitindo-lhes assim informar melhor as suas intervenções nas audições ao governo, bem como no debate a nível do plenário. Em 2017 o CIP realizou alguma actividade de capacitação à AR e financiou uma actividade de fiscalização ao Projecto da Anadarko em Palma. E em 2018, o CIP realizou uma capacitação aos deputados que compõem a 4ª e 5ª Comissão. A capacitação foi realizada conjuntamente com Instituto Moçambicano de Democracia (IMD) e o Centro Terra Viva (CTV).

Outras capacitações podem ter sido realizadas durante o período de implementação do Projecto, mas não há uma documentação clara que permite determinar quantas efectivamente foram realizadas, aonde e qual o foco. Deputados de comissões especializadas participaram também em workshops e seminários organizados pelo CIP e seus parceiros, nacionais e internacionais, sobre questões relativas à indústria extractiva. Com base nas informações disponíveis, não é muito fácil estabelecer uma relação causal sólida entre as capacitações ao parlamento no âmbito do Projecto e as capacidades criadas para maior eficácia da fiscalização dos contratos da indústria extractiva. É também importante mencionar que as capacidades do parlamento nesse âmbito ainda permanecem fracas.²⁶ O facto de as bancadas parlamentares na AR funcionarem na lógica dos seus comandos partidários, também tem influência sobre a qualidade do parlamento como um todo, no que tange ao exercício da sua função fiscalização. Tendo em conta o domínio do parlamento por uma bancada maioritária isto fica mais visível. O documento do Policy Brief²⁷ reforça a explicação para esta prática com a questão da representação com base em listas partidárias fechadas, que amarram os parlamentares à uma disciplina partidária que marginaliza as vontades do seu eleitorado.

O parlamento também recebe assistência sobre a indústria extrativa de outras organizações, visando fortalecer a sua capacidade de fiscalização. O IMD é uma destas organizações com um projecto de assistência ao parlamento na área da indústria extractiva, muito mais estruturado e com regularidade nas actividades de capacitação. Esta envolve formação, troca de experiências com suas congêneres na região e no mundo e fiscalização das operações das empresas extractivas. O projecto

²⁶ Confirma a entrevista com a Presidente da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República (Notas de entrevista realizada em Maio de 2019). Vide também FCG International Ltd (2019), Evaluating – improving oversight in Mozambique’s governance. Final Report, July 2019.

²⁷ CIP, A4EA and PASGR (2018), Policy Brief: Making information disclosure in extractive governance count for accountability in Mozambique. October 2018. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/10/Policy-Brief-eng-1-1.pdf>. Ver também o Relatório complete Report: International conference on information disclosure, accountability, inclusive growth and governance in the extractive sector. Maputo, 4-5 September 2018. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/10/Final-Report.pdf>

do IMD também integra apoio institucional.²⁸ Contudo, uma das principais fraquezas do IMD é o facto de esta organização não ser especializada na área da indústria extractiva, mas que goza de uma forte aceitação do parlamento.

- Qualidade de monitoria dos contractos da indústria extractiva pelos órgãos de comunicação social e SC em Maputo e Cabo Delgado

A monitoria de contratos da indústria extractiva não é uma actividade comum entre as organizações da sociedade civil e comunicação social em Moçambique. A complexidade do sector extractivo, a natureza pouco transparente das empresas e do governo, a ausência de conhecimento técnico do sector, complicam qualquer intenção de realização de actividades desta dimensão. As actividades de capacitação levadas a cabo pelo CIP para melhorar o conhecimento e providenciar instrumentos para as organizações parceiras, bem como órgãos de comunicação social para a implementação de actividades neste sector, não foram suficientes para criar as competências necessárias para o efeito. Adicionalmente, as organizações enfrentam limitações financeiras que agravam a sua já frágil capacidade. Algumas organizações estão envolvidas em actividades relacionadas com operações da indústria extractiva, mas em assuntos que não são directamente ligados a contratos da indústria. A maioria está focada nos direitos humanos das comunidades afectadas pelos projectos extractivos e meio ambiente. Este vazio de acções particularmente de engajamento na monitoria de contratos da indústria extractiva por organizações da sociedade civil e pela comunicação social é confirmado pelas organizações entrevistadas.

O CIP, ao contrário, tem estado a liderar em termos de análises e publicações sobre contratos de indústria extractiva. Uma outra organização com alguns estudos profundos é o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Em Agosto de 2019 o CIP publicou uma análise do contrato da Kenmare Moma Mining onde levanta questões sobre a fraca contribuição para as receitas do Estado e recomenda a renegociação do contrato para relaxar o tratamento fiscal especial que sufoca a capacidade do Estado de aumentar o volume de receitas.²⁹ Só para mencionar alguns, em 2018 pelo menos 03 contratos estiveram na mira do CIP, nomeadamente, sobre o contrato de concessão de exploração de rubis em Montepuez pela Montepuez Ruby Mining, em relação ao qual o CIP igualmente denuncia problemas de fraca receita paga ao Estado e outras questões críticas relacionadas ao fisco.³⁰ A Montepuez Ruby Mining respondeu ao CIP com dados que apontam para uma tremenda discrepância entre os valores declarados pelo Governo e os que a empresa

²⁸ FCG (2019), Final evaluation of the Project “Improving Oversight in Mozambique’s governance”. July, 2019.

²⁹ Ver: É urgente a revisão do contrato da Kenmare Moma Mining. Benefícios fiscais excessivos trouxeram prejuízos ao Estado em pelo menos 1,5 mil milhões de Meticais entre 2011 e 2018. Edição no. 5, Agosto 2019. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/08/E%CC%81-URGENTE-A-REVISA%CC%83O-DO-CONTRATO-DA-KENMARE-.pdf>.

³⁰ Ver: Exploração de Rubi pela Montepuez Ruby Mining. Um negócio milionário com fraco contributo para Moçambique. Edição no. 42017, Abril 2018. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Montepuez-Ruby-Mining.pdf>

diz ter pago de impostos de produção, d qual do total declarado pela empresa apenas 75% foi o que o governo declarou ter recebido.³¹ Outras duas análises de contratos focalizaram nas operações da Sasol em Pande-Temane e Inhassoro, nomeadamente sobre inflação de custos no contrato de produção dos campos de Pande e Temane,³² e outra relacionada com o Plano de desenvolvimento do PSA (Production Sharing Agreement) da Sasol para os jazigos de Temane e Inhassoro.³³ A Sasol respondeu em 2017 a crítica do CIP sobre o fraco desempenho fiscal do projecto de gas do Pande-Temane que está a enriquecer a empresa às expensas de uma contribuição miserável aos cofres do Estado.³⁴ Entretanto, a resposta da Sasol veio confirmar mais uma vez os problemas que vem sendo apontados do mau negócio do Estado Moçambicano com a Sasol.

- Demandas das comunidades locais afectadas pelas operações das empresas extractivas em relação aos seus direitos

Apesar de alguma informação ter sido levada para as comunidades pelas organizações parceiras locais no contexto da promoção dos direitos das comunidades locais, o CIP só começou com actividades mais direccionadas às comunidades em Maio de 2019, quando iniciou uma pesquisa intitulada *Indústria Extractiva e Condições de Vida das Populações Reassentadas*³⁵, cujo foco é perceber o impacto das indústrias extractivas sobre as populações circundantes. A referida pesquisa será feita com as comunidades reassentadas de Namanhumbir (Montepuez Ruby Mining), Moma (Kenmare), Moatize (Vale) e Pande e Temane (Sasol). O objectivo da pesquisa é identificar as condições de vida, necessidades e vulnerabilidades (presentes e expectáveis, socioeconómicas e ambientais) destas populações, tanto na sua própria perspectiva, como a partir de uma visão de avaliação externa. As informações veiculadas através da comunicação social, muitas vezes relacionadas com acções de formação, seminários e conferências, não foram e não são suficientes para criar um conhecimento sólido sobre aspectos críticos da indústria extractiva, bem como sobre os direitos associados às actividades de exploração de recursos naturais. O mesmo ocorre em relação à informação documental disponível na página oficial do CIP, que apesar do seu livre acesso ao público, não é acessível à maioria dos cidadãos. A forma como os cidadãos comuns absorvem a informação sugere a necessidade de adopção de uma abordagem mais interactiva.

³¹ Ver a nota publicada pelo CIP que rebate as respostas à carta da MRM: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Nota-de-imprensa-MRM-english.pdf>

³² Ver: Inflação de custos e preços de transparência. Sasol continuará a enriquecer e o Estado Moçambicano a “vaca leiteira”. Maputo, Outubro 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Texto-Sasol-FINAL-.pdf>

³³ Plano de Desenvolvimento do PSA da Sasol é problemático. Maputo, Agosto 2017. <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Explorac%CC%A7a%CC%83o-de-Ga%CC%81s-Natural.pdf>

³⁴ <https://mg.co.za/article/2017-10-25-00-poor-mozambicans-accuse-sasol-of-bleeding-them> (acesso, Setembro 2019).

³⁵ CIP (2019). Indústrias extractivas, vulnerabilidades e necessidades das populações. Maputo, Centro de Integridade Pública.

A capacidade de as comunidades locais apresentarem suas demandas em relação aos direitos que elas têm no contexto da exploração de recursos naturais, não pode se verificar em uma sociedade pouco informada e sujeita à situações de violência por parte das instituições do Estado que detêm o monopólio do uso da força. A intervenção de organizações da sociedade civil na intermediação dos assuntos que afectam direitos das comunidades locais é a condição mais objectiva para colmatar os problemas de violação de direitos e incumprimento de obrigações por parte das empresas e do governo. Isto justifica, por exemplo, que em relação à Palma³⁶ tenha havido mudanças no padrão comum de violações de direitos, decorrentes de compensações não justas e de processos de reassentamento largamente contestados. Até agora não têm sido propriamente as comunidades que promovem pressão para optimização dos resultados das demandas para o cumprimento dos direitos das comunidades afectadas pelos projectos de exploração de recursos naturais. Mas o conhecimento e a consciência das comunidades locais em relação aos seus direitos na exploração de recursos naturais, bem como aspectos essenciais da legislação sobre a indústria extractiva e terras, é fundamental para o processo de organização de grupos e sua mobilização para a acção com vista à defesa dos interesses colectivos em face da exploração de recursos naturais.

Algumas acções com vista à criação de uma consciência colectiva sobre as implicações da exploração de recursos vis-à-vis os direitos das comunidades locais já estão em curso há já bastante tempo, implementadas por diferentes organizações nacionais e locais. Mas este é um exercício cujos resultados são garantidos apenas no longo prazo. É importante que o processo de capacitação seja pensado numa base de longo prazo, e com abordagens diversificadas, tendo em conta que a natureza de interesses, motivações e incentivos das pessoas na comunidade também mudam ao longo do tempo. E nesse contexto é também importante não deixar de se reter que há mecanismos de cooptação de actores na comunidade pelas elites locais ou nacionais que não devem ser ignorados.

Como foi referido acima, há já actividades em curso incluindo sendo realizadas por organizações locais, algumas das quais parceiras do CIP no Projecto. Mas estas estão cumprindo sua agenda programática, como é o caso da União Provincial de Camponeses (UPC) de Cabo Delgado, a AMA, o CTV e outras, cuja acção foi importante em Palma e agora também na região de Namanhumbir, esta última em face da exploração de Rubis pela Montepuez Ruby Mining, bem como nas operações de exploração de grafite em Balama. Obviamente que parte importante dos instrumentos de trabalho tem vindo a ser facultados no âmbito da colaboração com o CIP, sobretudo nos últimos dois anos, mas ainda pode ser feito melhor, por exemplo, no sentido de assistir actividades específicas nesta componente de modo mais estruturado, de tal forma que seja possível às organizações parceiras entenderem que há ali um apoio do CIP para o desenvolvimento de parte das suas

³⁶ Salimo, P. (2018), The politics of LNG: Local state power and contested demands for land acquisition in Palma, Mozambique. In Schubert, J.; Engel, U.; & Macamo, E. (2018), Extractive industries and changing state dynamics in Africa: Beyond the resource curse. New York: Routledge, pp. 89 – 111.

actividades. As organizações locais reconheceram que se tem registado alguma melhoria em termos de colaboração de algumas empresas, nomeadamente a Montepuez Rubi Mining, desde a realização da Conferência Provincial sobre a Indústria Extractiva em Cabo Delgado, em 2018.³⁷

Um jornalista³⁸ entrevistado em Pemba disse:

“... o reassentamento, compensações e alocação dos montantes correspondentes aos 2,75% sobre o imposto de produção estão a conhecer novos momentos em Namanhumbir, tanto em relação a Montepuez Ruby Mining bem como com o governo local. O reassentamento neste local era um assunto de confrontação permanente. A situação mudou embora as populações afectadas não tenham sido ainda reassentadas. Mas a pressão da sociedade civil sobre a empresa Montepuez Ruby Mining obrigou-a a mudar de postura em relação à forma como ela tratava os assuntos. Recentemente, ela lançou a primeira pedra para a construção das infraestruturas para o reassentamento. E o governo distrital tende a ser mais flexível em relação aos 2,75% no sentido de informar mais sobre o que foi feito. Permitiu a criação do comité de gestão que decide sobre a alocação dos recursos, e salas de aulas convencionais foram construídas e equipadas com carteiras para um universo de 2.000 alunos, com recurso aos fundos alocados no âmbito dos 2,75%.”

A pesquisa iniciada pelo CIP, em Maio, poderá contribuir para uma maior capacidade das comunidades apresentarem as suas demandas. No entanto, é importante ligar esta pesquisa à maior disponibilização de informação e aumento do conhecimento sobre os seus direitos, para que as comunidades possam ser mais actantes na potencial transformação económica que pode ser trazida pela indústria extractiva, com impacto nas suas vidas e no seu bem-estar. A intervenção do CIP junto às comunidades pode gerar mais frutos, se levar em conta a experiência de algumas organizações parceiras que já trabalham com comunidades em Montepuez, Palma, Balama e outros contextos, fornecendo informação que pode ser usada para a capacitação visando uma melhor estruturação de demandas e reivindicação de direitos.

- Advocacia para a melhoria do quadro legal e institucional e dos mecanismos de prestação de contas do governo

O CIP estabeleceu parceria com a AR por via da qual promove acções de capacitação aos parlamentares de comissões relevantes na área da indústria extractiva. A disponibilização de documentos simplificados sobre matérias relativas a contratos e outros documentos importantes, incluindo análises mais aprofundadas sobre questões particulares dos contratos na indústria extractiva, têm o potencial de desenvolver melhor conhecimento por parte dos parlamentares sobre as dinâmicas e implicações das decisões de políticas do governo no sector extractivo. Esta prática precisa de ser reforçada, porque informa a qualidade das audições das comissões de trabalho e dos debates do plenário da AR no âmbito da prestação de contas do governo a este órgão, bem como no desenho, discussão e aprovação de legislação.

³⁷ Entrevista com membros de OSC (Pemba, Agosto 2019).

³⁸ Entrevista com um jornalista (Pemba, Agosto 2019). Informação confirmada também em entrevista com dois membros de OSC com actividades em Montepuez (Pemba, Agosto 2019)

Está prevista na lei de petróleo bem como na lei de minas, ambas de 2014, a criação da Alta Autoridade da Indústria Extractiva (AAIE). Este órgão tem sido apontado pela sociedade civil como sendo um veículo importante para a promoção da transparência, bem como de prestação de contas, apesar de ainda prevalecer falta de clareza sobre as funções e competências do mesmo. Em entrevistas com altos funcionários de instituições relevantes do governo, fica quase claro que a criação da AAIE não é do interesse deste.³⁹ É de notar que desde a sua criação por lei, não houve progressos em relação a sua operacionalização. Esperava-se que após aprovação das Leis, o Regulamento sobre a organização, competências e funcionamento da AAIE fosse aprovada no prazo de um ano. Porém, até a data isto não aconteceu. Mas a criação do AAIE como um órgão relevante para a transparência é também problemático no contexto actual de Moçambique. A ter que ser criada, para além da ainda falta de clareza em relação ao seu papel e competências, que em alguns sectores alega-se estarem já integradas no INP e no Instituto nacional de Minas (INAMI), este último, regulador do sector mineiro, independentemente do modelo de constituição e de nomeação ou eleição dos seus membros, inevitavelmente, será muito difícil escapar do controlo das redes que controlam o Estado.

A sociedade civil organizou seminários com a participação de membros do governo e parlamentares, com o objectivo de influenciar decisões para a flexibilização da criação efectiva do órgão. Foi criada uma equipa de trabalho sobre o AAIE, que é constituída pelo MIREME, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e o CIP. A equipa apoiou na elaboração dos termos de referência para uma proposta sobre o órgão, que culminou com a contratação pelo governo de uma consultoria, financiada pelo Banco Mundial no âmbito do Projecto de Assistência Técnica para a Actividade Mineira e Gás Natural (MAGTAP), que resultou na elaboração de um documento considerado importante para a materialização da AAIE. Entretanto, o Regulamento da AAIE ainda não foi aprovado, nem o órgão foi constituído.

2.4. Aprendizagem e documentação de experiências

- Estudos e pesquisa

O CIP tem várias publicações e análises sobre projectos e contratos da indústria extractivas. É talvez a organização da sociedade civil com maior visibilidade em Moçambique, no que tange a estudos e análises disponíveis publicamente com reflexões profundas sobre a área da indústria extractiva. Estes trabalhos têm sido importantes para as diferentes instituições do governo que actuam na área da indústria extractiva, e informam processos políticos, bem como debates relativos à concepção e mudanças de políticas e instituições.

³⁹ Notas de entrevistas realizadas em Maputo no âmbito de outros trabalhos de pesquisa no sector de petróleos (Maputo, Outubro 2018)

- Conferências internacionais

O CIP organizou, em parceria com seus parceiros, uma conferência internacional sobre a indústria extractiva, cujo tema foi a “divulgação de informação, prestação de contas e crescimento inclusivo e governação”. A conferência foi realizada em Maputo. Participaram na conferência os principais *stakeholders* da indústria extractiva, especialistas e profissionais da área provenientes de alguns países africanos, como já foi referido neste documento de avaliação. Está em preparação a organização da segunda conferência internacional sobre a indústria extractiva a ser realizada em Maputo. O projecto previu a publicação de um livro sobre indústria extractiva, porém, até a data da elaboração deste relatório de avaliação não tinha sido publicado. Contudo, da experiência da primeira conferência internacional resultou um *Policy Brief* e um Relatório sobre a conferência. Diversas experiências foram apresentadas naquela conferência que sugerem algumas lições importantes para os desafios da governação da indústria extractiva em Moçambique.

2.5. Melhoria do quadro institucional

- Parlamento

O parlamento já demonstra abertura para beneficiar de capacitação e o CIP já tem iniciado algumas actividades de capacitação, embora não tenham sido actividades sistemáticas e com alguma regularidade. Os parlamentares também participaram em diferentes workshops e seminários organizados pelo CIP e seus parceiros. Os parlamentares eram principalmente membros de algumas comissões relevantes para a indústria extractiva. Em muito pouco o parlamento fez fiscalização às empresas extractivas e as poucas vezes que o fez, foi com o apoio de organizações que prestam assistência ao parlamento, nomeadamente o IMD. A falta de orçamento para as deslocações dos deputados para a fiscalização das actividades das empresas extractivas é apontada como sendo o principal constrangimento. O parlamento coloca também alguns desafios à eficácia da implementação do Projecto. O Facto de os deputados mudarem em cada ciclo eleitoral pode diluir a capacidade que foi criada durante um período. O Secretariado da Assembleia da República tem equipas de assistência às comissões de trabalho bem como às bancadas. No entanto, parece muito mais sólido combinar uma capacitação dirigida às equipas de assistências às comissões de trabalho e providenciar recursos em termos de material documental e análises que possam fortalecer o seu conhecimento e no longo prazo funcionarem como actores que permitem promover actividades de indução dos deputados nas matérias relacionadas com a indústria extractiva.

- Empresa Nacional de Petróleos (ENH)

A ENH é o braço comercial do Estado no sector do petróleo e gás. Por lei, ela tem participações em todas as concessões de blocos de petróleo. A ENH possui várias subsidiárias que são elas que participam directamente nas concessões como forma de limitar potenciais riscos financeiros no negócio. Tem sido prática das empresas

subsidiárias que estão já a operar a publicação anual de seus relatórios de contas. Exemplo disso é a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos

- Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE)

A ITIE é um padrão global de promoção da transparência e governação na indústria extractiva. Espera-se que os países que adoptam a iniciativa melhorem a gestão dos recursos naturais. Um princípio da ITIE é de que “a riqueza proveniente dos recursos naturais de um país deve beneficiar a todos os cidadãos, e isto depende da existência de altos níveis de transparência e prestação de contas”.⁴⁰ Em Moçambique, o relatório da ITIE vem sendo publicado regularmente desde 2012. O CIP é membro do secretariado do ITIE, cuja composição é tripartida, envolvendo governo, empresas do sector extractivo e sociedade civil.

Nos últimos anos, o CIP e outras organizações da sociedade civil têm vindo a questionar a adequabilidade da integração do Secretariado da ITIE no MIREME. O CIP e outras organizações realizaram diversos encontros com o governo e parceiros de cooperação do governo de Moçambique com o objectivo de influenciar a autonomização do Secretariado em relação ao governo. O CIP escreveu no seu relatório de progresso da implementação do Projecto que o governo, através do MIREME, apoia a autonomização, e Termos de Referência para um estudo com este propósito foram elaborados.⁴¹ Entretanto, até à data da elaboração desta avaliação não havia evidências concretas de progresso.

Os relatórios produzidos no âmbito da iniciativa têm demonstrado diferenças na informação sobre as receitas da indústria extractiva declaradas pelas empresas e àquelas declaradas pelo governo. Entretanto, o fosso entre os valores declarados pelas partes já foi grande no passado e ao longo dos anos a situação vem melhorando. O último relatório da ITIE referente ao ano 2015/6 aponta para uma diferença de apenas 1% após reconciliação da informação. Esta mudança pode ser celebrada. Mas há ainda há desafios importantes que devem ser resolvidos e que tem uma forte influência na credibilidade desta redução do fosso nos valores declarados pelo governo vis-à-vis as empresas. Por exemplo, é importante que as empresas sejam abertas e colaborem na disponibilização de informação. O 7º Relatório da ITIE, o último até agora publicado, indica que cerca de 45% do total de projectos que receberam cartas para providenciar informação não têm respondido.⁴² A nível das instituições do governo também há contradições nos montantes que os sectores relevantes comunicam ter sido recebido pelas empresas, mesmo se tratando de uma mesma informação. Isto revela um problema que precisa de ser abordado.

⁴⁰ Deloitte (2018), ITIE - Relatório Final. 12 Fevereiro 2018.

⁴¹ CIP, Relatório anual de actividades, 2017. Projecto Accountability, Cabo Delgado. Maputo, Dezembro de 2017, p. 2.

⁴² Ver Relatório da ITIE 2015/6 publicado em 2018. P. 102. (Relatório na língua inglesa)

3. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

- Conclusões

A abordagem sobre transparência e prestação de contas é fundamental para a eficácia da governação de recursos naturais. As enormes riquezas em recursos naturais que o país detém se tornam imperativa a criação, reprodução e consolidação de práticas que resultem em um ambiente propício para a transformação socioeconómica que garanta a estabilidade política e que promova uma equilibrada redistribuição dos benefícios da exploração dos recursos naturais. O “Projecto transparência e prestação de contas na exploração de recursos naturais em Moçambique” representa uma adequada e oportuna opção de intervenção para a promoção de um ambiente ideal para a governação da indústria extractiva no país.

A escolha de Cabo Delgado não poderia ser a mais acertada, tendo em conta que as profundas transformações na estrutura económica do país que deverão acontecer nos próximos anos são consequência directa dos investimentos nas enormes reservas de gás natural descobertas na Bacia do Rovuma e dos investimentos em infraestruturas de LNG em Palma. O Projecto foi elaborado com o objectivo de melhorar a qualidade da governação da indústria extractiva em Moçambique para evitar a “maldição de recursos”. No cerne do problema da qualidade da governação dos recursos naturais em Moçambique, de acordo com o documento do Projecto, estão as instituições. A fragilidade das instituições do governo que lidam com a indústria extractiva, bem como a ausência de conhecimento, pessoal e recursos por parte da sociedade civil, adicionados às barreiras para o acesso público de informação sobre o sector extractivo, condicionaram a adopção do Projecto e das estratégias de sua implementação, orientadas para a transparência e prestação de contas.

O Projecto estabeleceu um quadro lógico com uma matriz de indicadores de desempenho tendo em vista o objectivo de melhorar a governação dos recursos gerados pela exploração dos recursos naturais, pese embora alguma complexidade no objectivo geral e seus indicadores, que idealmente não deveriam ser integrados no Projecto. O estudo de base do Projecto não foi capaz de capturar devidamente a situação dos indicadores. Adicionalmente, embora o documento do Projecto tivesse previsto uma assistência externa para a monitoria anual de desempenho pelo ISS, tal não se realizou. Consequentemente, não foi possível obter informação documental dos resultados da monitoria, que em termos práticos seria uma importante base de informação e de apoio em relação ao(s) curso(s) de implementação e das correções que fossem necessárias fazer durante o processo, bem como para informar este relatório de avaliação.

Ao longo do período de implementação do Projecto, o CIP produziu importantes documentos e análises relevantes para a compreensão das dinâmicas de implementação dos contratos da indústria extractiva, e levou a cabo actividades de

capacitação a diferentes *stakeholders* do sector extractivo, e organizou conferências internacionais e seminários que representaram importantes momentos e espaços de diálogo, bem como, de advocacia para uma maior e melhor transparência e abertura para a prestação de contas. Alguns resultados foram conseguidos, sobretudo porque as intervenções do CIP no contexto das actividades de advocacia produziram reacções tanto do governo bem como das empresas em relação à necessidade de melhorar a disponibilização de informação, e a natureza de relações entre as empresas e o governo, bem como com os cidadãos.

Em Cabo Delgado, se verificam sinais de abertura de parte das empresas e, mecanismos de comunicação regular foram adoptados por estas, com destaque para a Anadarko, para permitir maior fluidez na comunicação entre os diferentes actores interessados. Apesar desses sinais de progresso, ainda prevalecem importantes desafios, uma vez que tanto o governo como as empresas não tem sido suficientemente informativos em relação às negociações, bem como a implementação dos contratos da indústria extractiva e sobretudo das contribuições em receitas para os cofres do Estado.

- Lições aprendidas

O pressuposto do projecto baseado na ideia de que as instituições moçambicanas de governação da indústria extractiva são frágeis, e isto pode resultar na chamada “maldição de recursos”, influenciou a abordagem de implementação do Projecto. Nesse sentido, a capacitação das organizações relevantes de governação do sector extractivo, bem como do fortalecimento das instituições, se tornaram no principal foco do Projecto. Isto condicionou a que dinâmicas de relações e de distribuição de poder que estão vinculadas às redes clientelistas e que têm um papel determinante na forma como os recursos naturais são negociados, explorados e geridos, bem como na maneira como as instituições emergem e mudam ao longo do tempo tivessem sido negligenciados. Portanto, a fragilidade das instituições e a consequente adopção de uma perspectiva que assenta na capacitação e advocacia para o fortalecimento das instituições como o caminho para a melhoria da qualidade de governação da indústria extractiva, representam apenas uma pequena dimensão de um problema com causas muito mais profundas e complexas, a partir das quais as instituições são apenas mera consequência e não a causa central da má governação e gestão dos recursos naturais.

A transparência interessa enquanto discurso, e não há muito problema do lado das autoridades públicas que estes possam aprovar um quadro legal coerente e todo o tipo de instituições de controlo. Mas isto não as impede de não cumprir com as regras, uma vez que não há consequências sobre isso, tendo em conta o facto de que o poder dos grupos que controlam as instituições está impregnado nas redes clientelistas de grupos que controlam o poder e condicionam a natureza e o funcionamento das instituições. Isto obviamente tem implicações sobre a forma como se deve pensar o fortalecimento das instituições, bem como a promoção da transparência e prestação de contas.

Esta avaliação permitiu aprender que o quadro de gestão da implementação do Projecto privilegiou parcerias com actores locais em Cabo Delgado, por essa via o CIP pôde utilizar os recursos que eles dispõem em termos de pessoal e conhecimento do ambiente e promover sinergias em troca de capacitação para melhoria de conhecimento e facilitação do acesso à informação privilegiada, que muitas vezes falta nas organizações locais ou elas têm dificuldades de obter. Porém, apesar da importância e viabilidade deste modelo para o sucesso da implementação do Projecto, ao contrário, na prática pouca actividade foi efetivamente realizada no âmbito do Projecto junto das empresas de exploração de recursos naturais, do governo e das comunidades.

As actividades de capacitação do CIP complementam outras em curso, implementadas por outras organizações com alguma prática muito mais sólida de colaboração com o parlamento. Estas iniciativas combinadas têm o potencial de criar alguma capacidade em termos de conhecimento e habilidades para análise das dinâmicas da indústria extractiva e permitem transferir conhecimento e partilhar custos das acções de capacitação, bem como alargar o escopo de intervenção do Projecto. Embora a prática mostre que nos últimos anos houve alguma melhoria no debate sobre assuntos relacionados com a indústria extractiva, é também verdade que a qualidade e capacidades do parlamento para fiscalizar a indústria precisa ainda de ser melhorada. E tendo em conta os ciclos políticos e as mudanças dos actores no parlamento, o modelo de capacitação requer uma maior engenharia que possa se estender à estrutura mais permanente e de suporte dos parlamentares que é o Secretariado da AR.

As formas de intervenção focadas em seminários, conferências, massificação de informação não são suficientes para influenciar a transparência e prestação de contas, no contexto em que as autoridades não têm capacidade nem incentivos para prestar contas. Deve se ter em conta o contexto de cultura autoritária e de forte influência do partido no poder sobre as instituições, uma vez que as expectativas de mobilização e de organização de grupos e organizações para uma acção colectiva são constrangidas pelo medo, reforçado por um processo contínuo de redução do espaço de participação política (violência, discurso, ameaças e coerção).

Na implementação de projectos a nível das províncias, trabalhar com o Governo Provincial é fundamental. Para uma organização como o CIP, que é vista como tendo uma abordagem de confronto com as instituições do Estado, o facto de no âmbito deste projecto se ter aproximado do Governo Provincial e ter estabelecido uma sólida relação do trabalho, foi uma mais-valia, porque permitiu ter acesso não só às entidades do Governo, mas também de outros actores que lidam com os recursos naturais – como a AP – e também exercer o seu trabalho na província com menos obstáculos. Esta aproximação foi fundamental na implementação do projecto, principalmente tendo em conta a sensibilidade das matérias abordadas e também o clima de insegurança que se vive na província nos últimos dois anos.

4. RECOMENDAÇÕES

- Repensar a estratégia de intervenção tendo em conta a adopção de outras opções de intervenção complementares às actuais actividades de capacitação.
- Rever os indicadores do Projecto sem ignorar o papel do contexto e suas implicações na realização dos objectivos do Projecto, apoiando-se numa análise mais realística de economia política da governação do sector extractivo em Moçambique.
- Por causa dos ciclos políticos e as mudanças dos actores no parlamento, estabelecer um quadro estruturante de capacitação às equipas de assistência às bancadas e comissões de trabalho no Secretariado da Assembleia da República, para garantir melhor sustentabilidade da capacidade do órgão.
- Estabelecer parcerias com redes locais, nacionais e regionais de promoção da transparência e prestação de contas na indústria extractiva, para aumentar o poder de *leverage* na advocacia junto das instituições do governo e empresas.
- Melhorar as parcerias com a imprensa local e em particular com as rádios comunitárias, e assegurar que além da capacitação para melhoria do conhecimento, também garantir a alocação de recursos financeiros e materiais para a implementação de actividades.
- Melhorar a comunicação com as entidades do Estado, bem como com os parceiros de implementação e garantir que a informação sobre procedimentos de gestão do Projecto e a abordagem global de implementação é claramente compreendida.
- Estabelecer um roteiro de actividades que podem ser anuais ou semestrais em coordenação com parceiros de implementação do Projecto a nível local para permitir melhor articulação, mobilização e organização de agenda.
- As actividades de capacitação devem tomar em consideração a singularidade dos diferentes *stakeholders* do Projecto e garantir a adequação dos instrumentos de capacitação, prevendo igualmente que as capacitações são direccionadas a cada grupo específico.
- O CIP deve considerar, a par do que faz com o Relatório da ITIE, a simplificação do capítulo sobre indústria extractiva no RPCGE do Tribunal Administrativo, garantir a distribuição pelas instituições relevantes de promoção da transparência e prestação de contas, organizações da sociedade civil e a sua divulgação através dos meios de comunicação social.

- Em caso de extensão ou aprovação de um novo Projecto, considerar a realização de um estudo de base mais sólido, inteligível e que informa de maneira objectiva sobre o contexto do sector da indústria extractiva e do ponto de situação nos indicadores de desempenho do Projecto.

5. ANEXO: PESSOAS E ENTIDADES CONTACTADAS E ENTREVISTADAS

Nome	Organização	Data e Local do Encontro	Contactos	Comentário
Tácito Tahane	Director Escola de Ética, UCM	14/08/2019, UCM, Pemba		Encontro conjunto envolvendo membros da direcção e investigadores do Centro de Pesquisa
Joaquim António	CPOS, UCM	14/08/2019, UCM, Pemba		
Aventura Matusse	CPOS, UCM	14/08/2019, UCM, Pemba		
Hermenegildo	CPOS, UCM	14/08/2019, UCM, Pemba		
Alberto	CPOS, UCM	14/08/2019, UCM, Pemba	861771944	
Emerson Ubisse	CCM	14/08/2019, Clube Naval, Pemba	826708170	Entrevista realizada
Inocência Mapisse	CIP	15/08/2019, CIP, Maputo		Entrevista realizada
Pedro Ferrão	TVM	15/08/2019, TVM, Pemba	842514645	Entrevista realizada
Renato Uane	CTV	15/08/2019, CTV-Medicus Mundi, Pemba	826865030	Entrevista realizada
Tomás Langa	AMA	15/08/2019, Restaurante Nautilus, Pemba	848206031	Entrevista realizada
2 Membros da AP	Assembleia Provincial	15/08/2019, AP, Pemba		Entrevista realizada
Muanassa Isac	Assembleia Provincial	16/08/2019, Hotel Rafael, Pemba	846461896	Entrevista realizada
Armando Henriques	UPC	16/08/2019 - UPC, Pemba	827334452	Encontro conjunto com a Presidente da UPC, membros da Direcção e técnicos
Auguto Race	UPC	16/08/2019 - UPC, Pemba		
Amélia Manuel	UPC	16/08/2019 - UPC, Pemba		
Cedinho José Benjamim	UPC	16/08/2019 - UPC, Pemba		
Xavier Francisco	UPC	16/08/2019 - UPC, Pemba		
Faustino Augusto	UPC	16/08/2019 - UPC, Pemba		
Buanamade Assane	Jornal Horizonte	16/08/2019, Jornal Horizonte, Pemba	840600570	Entrevista realizada
Rui Celestino	Rádio sem Fronteiras	16/08/2019, RSF, Pemba	849487996	Entrevista realizada
Assane Issa	Jornal Notícias	16/08/2019, Jornal Notícias, Pemba	840657575	Entrevista realizada
Frederico João	FOCADE	16/08/2019, Hotel Blue Sky, Maputo	843898248	Entrevista realizada
Assane Simão	Fórum Terra	17/08/2019, Clube Naval, Pemba	861768965	Entrevista realizada
Arsenio Samaritano	Rádio Mparama	8/17/2019	866154515	Entrev. Por telefone
Dario Passo	Director, DPEF	8/12/2019		Entrev. Por telefone

Nome	Organização	Data e Local do Encontro	Contactos	Comentário
PESSOAS NA LISTA DO CIP NÃO ENTREVISTADAS				
Nyelete Armando	UCM		827099977	Não respondeu ped.
Patrício Mkemba	ASPACADE		828573635	Contacto inacessível
Ramiro Ngiraze	Director, DPRME		829350250	Não é director
Maurício Bizol/Avelino Sicutata	GVC			Sem contactos
Jorge José Sousa	Kulima		824908080	Recusou entrevista
Salvador Januário	Rádio Moçambique		828598720	Recusou entrevista
Carlos Dias	ADEL		824863360	Recusou entrevista
PESSOAS ENTREVISTAS NOUTRO ÂMBITO SOBRE MESMA MATÉRIA				
Luís Mahoque	Secretariado ITIE	21 de Maio, Escritórios do IMD, Maputo	846745880	Entrevista realizada
Francisco Mucanheia	Presid. 5ª Comissão AR	21/05/2019, Black Salt, Maputo		Entrevista realizada
Armando Artur	Deputado, MDM, 5ª Comissão	22/05/2019, Sala VIP 3, AR, Maputo		Entrevista realizada
Inês Mucussete	Deputada, Frelimo, 5ª Comissão	22/05/2019, AR, Maputo		Entrevista realizada
Fernando Bismarque	Deputado, MDM, 2ª Comissão	31/05/2019, AR, Maputo		Entrevista realizada
Esperança Bias	Presi. 2ª Comissão AR	31/05/2019, AR, Maputo		Entrevista realizada